



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

MYLENA RODRIGUES MARÇAL DE ARAÚJO

**TURISMO CÍVICO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL
NAS CRIANÇAS BRASILIENSES.**

BRASÍLIA, JULHO DE 2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO

Mylene Rodrigues Marçal de Araújo

Turismo Cívico e a Formação da Identidade Cultural nas Crianças Brasilienses.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Turismo. Sob a orientação da professora Msc.^a Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski.

Brasília - DF
Julho de 2019

DE ARAÚJO, Mylena Rodrigues Marçal

TURISMO CÍVICO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NAS CRIANÇAS
BRASILIENSES, p. 69.

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2019.

Orientadora: Prof. Msc.^a Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski.

1. IDENTIDADE. 2. BRASÍLIA/ DF/ Br. 3. TURISMO CÍVICO.

CDU

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da
Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências para a obtenção do grau
de Bacharel em Turismo.

Turismo Cívico e a Formação da Identidade Cultural nas Crianças Brasileiras.

Mylena Rodrigues Marçal de Araújo

Brasília-DF, 04 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Avaliado por:

Orientadora: Prof.^a Msc.^a Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski (CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Gomes Brasileiro (CET/UnB)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena (CET/UnB)

Suplente: Prof.^a Dr.^a Natalia de Sousa Aldrigue

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha irmã que sempre acredita em mim e me apoia apesar das nossas diferenças. Aos meus pais que suportaram a minha distância e acreditaram que eu conseguiria o título de bacharel desde o princípio.

À minha orientadora Prof.^a M.^a Livia Wiesinieski que me apoiou desde o início e sempre esteve presente para me ajudar a dar o próximo passo e a confiar que estava no caminho certo. Agradeço pela paciência e pela compreensão em meus momentos de dificuldade e por sempre me orientar da melhor forma possível.

As amizades que adquiri durante todos esses anos de curso, que tornaram os dias mais leves e os trabalhos mais divertidos, desde os primeiros anos com Xam, Camila, Pedrosa, João, Yasmin, Drika, Lorryne e Alyne, até os mais recentes que me aproximaram de um dos meus grandes amigos.

Ao meu amigo Hiago Cardoso que além de me ajudar em todo o processo de escrita deste estudo, também esteve presente nos momentos em que quis desistir e não me sentia capaz. Obrigada por ter me levantado e ter feito tanto por mim.

Às minhas amigas Luíza Nolêto e Flávia Araújo que sempre estiveram comigo, e sempre me apoiaram desde muito cedo. Vocês duas me inspiram a ser melhor e a acreditar em mim.

Agradeço também ao meu namorado Pedro Gabriel que foi fundamental. Primeiramente por estar sempre em prol da minha saúde mental e depois por muitas vezes abdicar dos seus compromissos e obrigações para me auxiliar.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo entender a construção de identidade do brasiliense por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na educação básica. Brasília, capital do Brasil, é considerada patrimônio da humanidade por seu design moderno idealizado pelo urbanista Lúcio Costa com monumentos projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Esta pesquisa é de caráter qualitativo visando alcançar o objetivo proposto, que não pode ser definido por número e gráficos. O estudo de caso foi o caminho metodológico adotado por se tratar de um estudo aprofundado de um fenômeno, utilizando-se de análise documental em consonância com entrevistas semiestruturadas. O que se questiona nesta pesquisa é a influência do turismo na constituição de identidade do brasiliense durante a educação básica, momento em que a formação estudantil fomenta o desenvolvimento identitário e cidadão. A fim de se realizar a análise foi utilizada a estrutura da triangulação, que se baseia no estudo de um objeto, a identidade, considerando um sujeito, o brasiliense, e um fenômeno, os incentivos gerados pela Secretaria de Turismo e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sobre o turismo cívico, além do Congresso Nacional. Pela análise do estudo de caso pode-se averiguar que a Secretaria de Educação tem tentado de diversas maneiras incentivar este objeto, assim como o Congresso Nacional que também demonstrou interesse em estreitar relações com as duas secretarias, mas não se pôde observar um empenho considerável por parte da Secretaria de Turismo.

Palavras-Chaves: Identidade; Brasília; turismo cívico.

ABSTRACT

The present study aims to understand the construction of the identity of brasiliense through civic tourism, considering the experience of tourism in basic education. Brasília, capital of Brazil, is considered a patrimony of humanity for its modern design idealized by the urbanist Lúcio Costa with monuments designed by the architect Oscar Niemeyer. The research is qualitative in aiming to reach the proposed objective, which cannot be defined by number and graphs. The case study was the methodological path adopted since it is an in-depth study of a phenomenon, using documentary analysis in consonance with semi-structured interviews. What is questioned in this research is the influence of tourism in the constitution of the identity of brasiliense during the basic education, at which moment the student formation fosters the identity and citizen development. In order to carry out the analysis, the triangulation structure was used, which is based on the study of an object, identity, considering a subject, the brasiliense, and a phenomenon, the incentives generated by the Secretariat of Tourism and the Secretariat of Education from Federal District, in addition to the National Congress. From the analysis of the case study it can be verified that the Secretariat of Education has tried in various ways to encourage this object, as well as the National Congress, which has also shown an interest in closer relations with the two Secretariats, but it was not possible to observe a considerable commitment on the part of the Secretariat of Tourism.

Keywords: Identity; Brasília; civic tourism.

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS

AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal

AMAGIS/ DF - Associação dos Magistrados do Distrito Federal

CGU - Controladoria-Geral da União

DF - Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional p.13

MTUR - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ROAC - Residência Oficial de Águas Claras

SECULT - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal

SEEDF Secretaria de Educação do Distrito Federal

SNE - Sistema Nacional de Educação

SUBEB - Subsecretaria de Educação Básica

TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VIIBRA - Visitação Institucional Integrada em Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – O TURISMO SOB PERSPECTIVA DA CIDADANIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO	12
1. TURISMO E TURISMO CÍVICO.....	12
1.1. TURISMO E TURISMO CIDADÃO	13
1.2. CIDADANIA	14
1.3. IDENTIDADE	16
1.4. PATRIMÔNIO	18
CAPÍTULO 2 – BRASÍLIA, UMA ANÁLISE ENTRE O SONHO E A REALIDADE..	21
2.1. METODOLOGIA	21
2.2. BRASÍLIA	23
2.2.1. A HISTÓRIA DA CAPITAL	23
2.2.2. BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO.....	25
2.3. POLÍTICA PÚBLICA.....	26
2.3.1. EDUCAÇÃO.....	27
2.3.2. TURISMO.....	29
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE: A FORMAÇÃO BÁSICA, A SECRETARIA DE TURISMO E DEMAIS INSTITUIÇÕES	30
3.1. ANÁLISE DOCUMENTAL	30
3.2. ANÁLISE DE ENTREVISTAS.....	36
3.2.1. ENTREVISTA SENADO FEDERAL.....	37
3.2.2. ENTREVISTA TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	38
3.2.3. ANÁLISE CONJUNTA.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICE A: ENTREVISTA – CONGRESSO NACIONAL	55
APÊNDICE B: ENTREVISTA – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	64

INTRODUÇÃO

Brasília, centro político-administrativo da nação, abriga os três poderes supremos da União, a saber, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. O fragmento do território brasiliense que mais representa o polo decisório do país está concentrado na região central, a Esplanada dos Ministérios. Por ter grande representatividade oficial, subentende-se que a população brasiliense possui sentimento de pertencimento vinculado a tal fragmento, porém a falta de incentivo de programas do governo que sensibilizem a população e/ou as tensões sociais desde a construção de Brasília, causam distanciamento entre a sociedade brasiliense e os monumentos modernistas, que identificam a capital para o Brasil e o mundo, porém não possuem considerável significado para a sua população.

Uma das questões primordiais que poderiam sanar ou amenizar tal lacuna é o incentivo ao turismo cidadão nas séries iniciais do Ensino Fundamental. É importante incentivar as crianças a se engajarem em questões sociais por elas estarem em constante formação e serem capazes de tornar essas questões inerentes a elas como indivíduos. Durante esse processo de formação com crianças, elas frequentemente compartilham seus aprendizados com seus familiares e acabam, desta forma, os instigando a também participarem desses processos sociais. Assim, a educação está diretamente atrelada ao incentivo à formação da identidade das crianças brasilienses e pode causar um impacto significativo até mesmo na identidade dos brasilienses adultos.

A presente pesquisa tem como **objetivo geral** identificar quais são os estímulos do setor público do Distrito Federal na construção de identidade do brasiliense por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na zona central (Esplanada dos Ministérios) promovida na educação básica.

Para se alcançar o objetivo geral, foram elaborados **três objetivos específicos**:

1. Levantar dados referentes à inserção da história de Brasília na formação básica do brasiliense e a forma como isso ocorre na prática.

2. Identificar como a Secretaria de Educação percebe a Esplanada na construção de identidade.

3. Investigar a relação entre a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Educação na geração de identidade.

A presente pesquisa faz, no capítulo um, o levantamento bibliográfico sobre questões turísticas pertinentes como cidadania, identidade e patrimônio com a intenção de promover uma reflexão a respeito da formação de identidade em um fragmento territorial considerado Patrimônio Cultural da Humanidade.

No capítulo dois é apresentada primeiramente a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa. Em seguida estão correlacionadas questões referentes às políticas públicas para a Educação e para o Turismo no Brasil e no Distrito Federal, parte fundamental para a etapa final da monografia.

Com a intenção de promover uma reflexão a respeito da formação de identidade em um espaço considerado Patrimônio Cultural da Humanidade, no terceiro capítulo é realizada uma comparação de dados, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Turismo 2018-2022, Currículo em Movimento e Plano de Turismo Criativo 2016-2019 do Distrito Federal. São priorizadas durante a análise as temáticas definidas pelos objetivos da monografia em tela. Em seguida, são analisadas as duas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, a primeira realizada com o Coordenador de Visitação do Senado Federal e a segunda com a Professora Fernanda Barnabé, responsável pelo programa “Inclusão Social desde a Infância” As duas entrevistas objetivavam compreender como a Secretaria de Turismo e/ou Secretaria de Educação se relaciona com outras instituições. Na parte final deste capítulo são discutidos aspectos do desenvolvimento da temática identidade e cidadania, com base nas entrevistas realizadas.

Por fim, nas considerações finais, destacamos que existe uma lacuna em relação a identidade do brasileiro. E por que tal lacuna existe? Quais são as instituições responsáveis, ou no mínimo negligentes quanto a esta falta de vínculo do brasileiro com o espaço central de Brasília? Destacamos que a Secretaria de Educação, até onde podemos averiguar, identifica a Esplanada como um espaço de

grande importância, e que, justamente por isso, deve ser constantemente trabalhado nas crianças já no início da Educação Básica. E quanto a Secretaria de Turismo do Distrito Federal? A estas perguntas, que levaram a escrita deste trabalho, respondemos nas páginas que se seguem.

CAPÍTULO 1 – O TURISMO SOB PERSPECTIVA DA CIDADANIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

1.TURISMO E TURISMO CÍVICO

O turismo é um fenômeno que tem como parte fundamental o deslocamento de um sujeito, do seu local habitual, até um local diferente. E como este deslocamento pode ter diferentes motivações, o turismo acaba possuindo várias segmentações, que dizem respeito ao caráter de cada uma dessas motivações.

Ao longo dos anos o turismo foi definido de diferentes formas até chegar a definição atualmente reconhecida pela Organização Mundial de Turismo (OMT). Benschmidt, em 1973, afirmava que o turismo é o conjunto de relações pacíficas e esporádicas que resultam do contato entre pessoas que visitam um lugar por razões não profissionais e as pessoas naturais desse lugar (BENSCHMIDT apud MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001, p. 11).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) entende que

El turismo es un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual, normalmente por motivos de ocio (OMT, 2008, p.1).

De acordo com o Art. 2º da Lei Geral do Turismo de nº 11.771 considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

As definições de turismo explicitadas refletem sua importância pelo caráter quantitativo dos seus resultados, fluxo, receita, serviços, etc., que evidentemente é demasiado limitante para os fins deste trabalho. O turismo atual deve ser considerado como produto da cultura (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001, p. 9).

Para os fins deste trabalho será utilizado como base a definição de turismo utilizada por Molina e Rodríguez que entende o turismo como:

“resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações

que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam estes financeiros ou não” (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001, p. 12).

1.1. TURISMO E TURISMO CIDADÃO

O presente trabalho lida com um dos diversos aspectos do turismo cultural, o turismo cívico que se sustenta no interesse em conhecer atrativos de importância nacional e civil e que conversa com aspectos que podem ser diretamente relacionados ao exercício da cidadania.

Antes de falar sobre o segmento vamos retomar a definição de turismo pelo Governo Federal que considera como turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Em seguida utilizaremos a ideia de cultura utilizada por Clerton Martins que entende que “a cultura representa as ideias, os conceitos e os valores que regulam coletivamente e individualmente as relações sociais” (MARTINS; 2003, s.p.). A partir destes dois conceitos pode-se ter alguma ideia do que seria o turismo cultural.

No Brasil o turismo cultural, como segmento do turismo, surge por meio da interação do Ministério do Turismo, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por esse motivo estes dois órgãos, em parceria com o IPHAN, foram os responsáveis pela conceituação de turismo cultural. Então

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MTUR, 2010, p. 15).

Dentre as muitas manifestações culturais que cada grupo social possui destacam-se, para os fins deste trabalho, as de caráter histórico que conferem identidade e valorização por parte do turista.

Dentro do turismo cultural temos o turismo cívico que ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou rememorar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais (MTUR, 2010).

A ideia de turismo cidadão propõe uma nova forma de se pensar o turismo, em que o morador de uma região, no exercício da sua cidadania, procura aprofundar seus conhecimentos sobre o meio em que se encontra. Esse turismo engloba (ou se insere) no turismo cívico pois se utiliza dos monumentos, dos fatos, da história local e da memória política para sua prática. E o mais importante, o turista desenvolve a partir dessa prática (idealmente) uma nova forma de pensar sua própria cidade e uma nova forma de se entender naquele contexto, como parte do todo e parte que não só recebe o que lhe é “imposto”, mas participa do processo decisório do que lhe é “imposto”.

Se, nas cidades, mesmo os bairros se colocam como espaços de identidade e identificação, para viver outros cenários, não seria mais necessário sair dos limites urbanos, pois estes se tornaram o território da multiplicidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias espaciais, para um conceito que priorizasse a sua prática como o percorrer tempos e espaços diferentes dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espacos, em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 37)

Ainda utilizando as ideias de Gastal e Moesch, entende-se o turismo como um deslocamento para fora da rotina espacial temporal, gerando estranhamento a partir desse novo contato (2007, p. 38). Quando se fala em turismo cidadão, refere-se ao sujeito histórico, que é constituído por meio das circunstâncias espaciais temporais que permitem que “as pessoas voltem a frequentar a esfera pública, reaprendendo a ali exercitar sua voz”. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 56).

1.2. CIDADANIA

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna, o homem passou a habitar cada vez mais a cidade. Tendo isso em vista, se fez necessário ao homem ressignificar a cidade para se sentir pertencente a ela e se identificar ao meio no qual está inserido. Esse sentido de pertencimento nada mais é do que a cidadania.

A partir do momento em que o homem vivencia esse novo contexto, existe uma nova formulação social, com novas regras, novas linguagens, outras normas de comportamentos que configuram aquela cultura e identificam o sujeito como pertencente ao grupo.

Esses grupos são formados por indivíduos que em seu exercício pleno de direitos e deveres são reconhecidos como cidadãos. Manzini-Covre (1991, p. 10) afirma que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos dos cidadãos.” Existe o exercício da cidadania nas lutas para se conseguir benefícios do governo ou nos embates pelos direitos legais de cada cidadão, mas o exercício da cidadania vai além de lutas e embates. Apesar de serem necessários, a informação também garante direitos aos cidadãos, como um operário lutaria pela diminuição da sua carga horária sem ter o conhecimento de que aquelas condições de trabalho seriam insalubres? E é sobre esse aspecto que a presente pesquisa irá tratar. Muitos brasilienses, ou pessoas naturais de outros estados que vivem na capital há anos, nunca foram ao Congresso Nacional, não sabem o que acontece naquele espaço e nem quem são aquelas pessoas que determinam questões essenciais para o bem-estar da sociedade brasileira. Há quem, por exemplo, desconheça e/ou nunca teve o interesse em visitar a área cívica de Brasília. Questões essenciais para o bem-estar da sociedade brasileira são definidas nesse espaço que por muitos é desconhecido.

Podemos dividir os direitos acima referidos em três: civis, sociais e políticos. Os direitos civis garantem aos cidadãos o direito à expressão, liberdade, locomoção, segurança, dentre outros. Os direitos sociais dizem respeito às necessidades básicas de cada indivíduo, ao acesso à educação, saúde, habitação, saneamento básico, etc. Os direitos políticos são provavelmente os mais importantes, porque, eles permeiam os direitos civis e sociais. Em muitas nações, foi pela utilização dos direitos políticos que a população pôde adquirir acesso aos direitos civis e sociais. Os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política (Manzini-Covre, 1991, p.16).

Infere-se que a educação é fundamental para o exercício da cidadania. Como afirma Manzini-Covre (1991, p. 74) “É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar”.

É importante compreender que são diversos os aspectos responsáveis pela formação de um cidadão. Alguns autores identificam que a cidadania pode ser

entendida como um conjunto de práticas culturais, simbólicas e econômicas que em consonância com uma série de direitos e deveres definem a adesão de pessoas a uma certa política (ISIN, 1999, p. 4 *apud* GASTAL; MOESCH, 2007, p. 35).

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2009/2010 mostram uma constante preocupação da população em relação à melhoria da educação para o pleno exercício da cidadania. Como citado no próprio documento a partir da fala de um participante de Porto Alegre, “não adianta discutir política se a pessoa não tem condições de entender o que está sendo discutido. Só com pessoas educadas pode-se almejar uma melhoria na gestão do país.”

A cidadania é essencial para qualquer cidadão, e o exercício da cidadania reflete diretamente na vida de cada integrante da população brasileira. Como relacionado acima a cidadania está diretamente interligada à educação, sem uma não existe a outra, “no que tange à cidadania, parece haver um consenso de que a sua conquista implica o conhecimento de direitos e deveres por meio de uma sólida educação escolar básica” (RIBEIRO, 2002, p. 115).

1.3. IDENTIDADE

Assim como a cidadania a noção de identidade, como conhecemos hoje, não foi desde sempre uma questão de muita importância para a humanidade, considerando-se que os questionamentos sobre o tema surgiram com a criação das nações, e a necessidade humana em se identificar com algo maior, se inserindo assim em um contexto social. Contexto este que se relaciona com a memória coletiva de uma nação ou grupo social.

Como nos diz Bauman (2004, p. 26) em seu livro *Identidade* “A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia”. No passado não se tinha muitas dificuldades em definir a identidade de uma pessoa. As pessoas frequentemente eram reconhecidas pelo nome, seguido do seu local de nascimento ou moradia, com o qual se identificavam. Atualmente, com a evolução das diferentes nações, as fronteiras físicas muitas vezes se cruzam e se torna difícil definir onde termina um país e se inicia outro, os limites físicos existem, mas a relação entre as pessoas que

vivem nesses limites interferem na identidade cultural delas. Por esse motivo a ideia de nação passa a ter tanta importância, sendo a partir desta ideia que um indivíduo se reconhece como brasileiro ou venezuelano, por exemplo. Essa ideia formulada no imaginário de cada cidadão surge por meio de memórias que estão constantemente ressignificando atitudes e lugares para caracterizá-los ou não como formador da identidade nacional.

Entende-se então que:

Memória é o que nos identifica com algo. É o que nos identifica como indivíduos, é o que realmente nos dá identidade. Eu sou quem sou, porque lembro que sou. Você é quem é porque lembra quem é. Você não é eu, eu não sou você. Somos diferentes porque cada um de nós tem memórias diferentes (ISQUIERDO *apud* GASTAL, 2002, p. 71-72).

A memória além de identificar um sujeito individualmente, também será capaz de compor a memória coletiva pelas semelhanças das memórias individuais. Eu lembro quem sou e ele lembra quem é, e nós nos lembramos de ir em festas juninas, que pode ser usado como um exemplo de memória coletiva que carrega um grande valor cultural.

Portanto, pode-se dizer que a noção de identidade está atrelada a questões, como, modo de vida, idioma, costumes, cultura, etnia, dentre outros. Os diferentes indivíduos de um grupo se identificam com o grupo e o meio em que estão inseridos. Isso nos leva a pensar na identidade do brasiliense e nas possíveis dificuldades em se identificar com o meio. Brasília, a capital federal, está farta de símbolos e monumentos que representam a nação brasileira, nação esta que não foi necessariamente definida da forma como é apresentada por brasileiros, mas sim, por dirigentes do Estado que reconheciam dados aspectos como representativos da nação brasileira. “A identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’” (BAUMAN, 2004, p.28). Ou seja, a identidade que se tem como identidade brasiliense está muito mais atrelada a aspectos políticos e monumentais do que a forma como o brasiliense se identifica nesse meio.

Para o turismo, a formação de uma identidade cultural consistente está agregada de valores que são utilizados para cativar o turista que se insere no segmento cultural. Por isso é importante, para o turismo, a discussão a respeito da identidade do brasiliense, e não a Brasília declarada nacionalmente, pré-definida,

mas sim a Brasília das expressões sociais, das manifestações culturais, e que corrobora com o que caracteriza o cidadão brasileiro, e especialmente, como isso acontece na Esplanada dos Ministérios.

É válido ressaltar que o pertencimento dos moradores sofre as mais variadas formas de interferência, na globalização e na civilização midiática, por questões econômicas, sociais, ambientais, políticas, até mesmo pela falta de autoestima, causada por uma imagem distorcida da realidade. (BRAMBATTI; DAMAS, 2016).

A pretensão ao universal seria um imaginário, uma idealização, e não uma possibilidade concreta, porque as vivências reais das pessoas estariam vinculadas ao seu entorno imediato, à sua experiência das vivências cotidianas acumuladas no lugar. (WAISMAN *apud* GASTAL, 2002, p. 75).

É importante a compreensão sobre como o processo acima citado se dá em Brasília e ressignifica a capital para os seus moradores. A cidade, em seu funcionamento, acaba excluindo os brasileiros (para além do Plano Piloto) dos processos culturais que acontecem nesse espaço que, para muitos, significa apenas trabalho, estudos, mas não um lugar para ser vivenciado e ressignificado dia após dia.

Em conversas cotidianas é possível perceber que o brasileiro não identifica alguns espaços, como a Esplanada, como um lugar de pertencimento, ele é tão turista nesses espaços quanto um brasileiro de outro estado. “O lugar é dinâmico, receptáculo de construção/destruição na tensão entre o regional e o globalizado, (...) surge na ação humana e na acumulação de memórias.” (GASTAL, 2002, p. 75). Ou seja, o brasileiro precisa de memórias individuais dos espaços para que possa entendê-los como lugares que fazem parte da sua história e do seu contexto de identidade. É preciso culturalizar a vida urbana, no seu conjunto, como um todo, acentuando e ampliando a dimensão do valor, de consciência e de sentido, que ela representa. (MENESES *apud* GASTAL, 2002, p. 78).

1.4. PATRIMÔNIO

Patrimônio foi inicialmente um termo utilizado para se referir a bens materiais passados hereditariamente. Com o desenvolvimento dos estados-nações este termo também começou a ser utilizado para bens materiais pertencentes à nação e por

serem assim definidos, possuírem valores que deveriam ser preservados (cuidados) para a manutenção da memória nacional de uma população. Este patrimônio era definido pelas classes mais altas que determinavam o que deveria ser ou não preservado para o reconhecimento de uma nação. Ao longo dos anos, essa noção de patrimônio foi aos poucos evoluindo para algo maior, algo que não abrangesse apenas as ideias de preservação de quem estivesse no topo, mas sim de outros grupos sociais que também compõem a nação e deveriam ser reconhecidos como parte dela para que seus patrimônios também fossem preservados (COSTA, 2010). Como nos diz Costa (2010, p. 51-52) “De monumento a patrimônio histórico, centro histórico, patrimônio cultural, que por sua vez é reconhecido como material e imaterial ou mesmo patrimônio mundial”.

É a partir do século XX que surgem questionamentos e algumas mudanças são estabelecidas a respeito do patrimônio cultural. Costa (2010, p.51) destaca marcos referenciais que foram significativos para a ampliação da noção de patrimônio, são eles, a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Declaração de Amsterdã (1975). (COSTA, 2010, p. 52). São esses documentos que promovem uma evolução da noção que se tinha de patrimônio, para que fosse possível englobar outros aspectos de importância cultural que também deveriam ser preservados.

Quando começou a se reformular a ideia que se tinha a respeito de patrimônio, o que mais estava em voga eram os patrimônios históricos, que eram em grande parte reconhecidos por grandes monumentos que possuíam papel de relevância para a história da humanidade ou de uma nação específica. “O patrimônio histórico pode ser apresentado na forma de agrupamentos - os ditos centros históricos - ou na forma de exemplares isolados, respeitados por sua monumentalidade, qualidade arquitetônica, artística ou mesmo histórica.” (GASTAL, 2002, p.70).

Ao longo dos anos essa definição de patrimônio foi se expandindo e adquirindo características que abarcavam uma grande variedade de representações culturais, tornando, o que antes estava sob controle das classes abastadas, uma questão um pouco mais democrática. Isso nos remete a uma importante discussão trazida por GASTAL (2002), que é a preservação de bens representativos de classes

sociais mais baixas, que são por muitos malvistas e até mesmo pressionados a não serem reconhecidos. Esta questão pode estar diretamente relacionada ao fato do brasileiro não se reconhecer nos bens culturais socialmente pré-determinados como a Esplanada dos Ministérios.

“São as memórias que compõem o tecido de nossas relações com o espaço” (BRESCIANI *apud* GASTAL, 2002, p. 74), ou seja, se a cidade possui um espaço que não é vivenciado, esse local apesar de fazer parte daquele espaço físico não é reconhecido e muitas vezes não é nem lembrado pelas pessoas.

CAPITULO 2 – BRASÍLIA, UMA ANÁLISE ENTRE O SONHO E A REALIDADE

Inicialmente o segundo capítulo desta monografia procura esclarecer questões metodológicas, a fim de elucidar como será realizada esta pesquisa, desde o primeiro momento até a análise final. Em seguida, tem início a contextualização histórica e política de Brasília, voltada para as temáticas essências desta pesquisa.

2.1. METODOLOGIA

Considerando que a monografia em tela objetiva identificar quais são os estímulos do setor público do Distrito Federal na construção de identidade do brasiliense por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na zona central (Esplanada dos Ministérios) promovida na educação básica., temos uma pesquisa de caráter subjetivo e por esse motivo utilizaremos uma abordagem qualitativa.

Como estratégia de pesquisa para elaboração deste trabalho foi selecionado o estudo de caso que de acordo com Yin (2001, p. 19) representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto na vida real. O mesmo autor também afirma que como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem política, ciência política e pesquisa em administração pública (YIN, 2001, p. 19).

Este trabalho é constituído de quatro etapas e se trata de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Entende-se como pesquisa qualitativa “a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58). A pesquisa exploratória “possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014, p. 130). Na utilização desse método tem-se como fatores principais, e que serão aqui utilizadas, a análise documental e a realização de entrevistas pontuais para melhor compreensão do objeto de pesquisa e dos sujeitos influenciadores desse processo.

Para isso foram analisadas leis estaduais de educação, planos de estudos, plano de turismo, dentre outros materiais que possibilitem a discussão da maneira mais completa possível.

Foram utilizadas fontes primárias e secundárias para a elaboração do referencial teórico, disposto no primeiro capítulo desta monografia, que norteou a pesquisa como um todo. Os conceitos e interpretações utilizados no referencial teórico são diversas vezes resgatados ao longo do texto para discussão sobre a importância de estímulos sociais para a formação de identidade.

Na primeira etapa tem início a pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias iniciando a análise documental que é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 111). Inicia-se com um levantamento de dados referentes às Políticas Públicas que dizem respeito ao currículo básico obrigatório no Distrito Federal, a delimitação de diretrizes para a educação distrital e a compreensão do papel da Secretaria de Educação nesse contexto. Nesse primeiro momento também é feita a verificação de relações existentes entre a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Educação.

Após a sistematização das teorias, dos documentos e demais trabalhos relacionados à temática deste estudo optou-se por uma segunda etapa buscando junto à Secretaria de Turismo do Distrito Federal e a Secretaria de Educação identificar as lacunas existentes no processo de desenvolvimento de programas de turismo cívico a partir de pesquisas sobre os programas e projetos existentes das duas Secretarias e sobre o funcionamento desses projetos.

Na terceira etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Inicialmente foi estipulada a realização de cinco entrevistas, uma com um representante da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, outra com um representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, uma com um representante de uma

Regional de Ensino, uma com algum dos responsáveis pelo programa de visitação no Palácio do Congresso Nacional e uma com um representante do programa “Inclusão Social desde à Infância” realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Ao longo do desenvolvimento do trabalho e de várias tentativas em realizar as entrevistas, sem sucesso, foram efetuadas apenas as duas últimas entrevistas, em que houve maior disponibilidade e abertura por parte dos representantes em compartilhar informações.

Por fim visando atender ao objetivo geral deste TCC “Identificar quais são os estímulos do setor público do Distrito Federal na construção de identidade do brasileiro por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na zona central (Esplanada dos Ministérios) promovida na educação básica” utilizou-se como método de interpretação e análise dos dados coletados a triangulação que para Triviños (1987) é a análise metodológica pela perspectiva do tripé sujeito, objeto e fenômeno. De acordo com Braga e Tuzzo “a defesa de uma pesquisa firmada na triangulação prevê os diversos ângulos de análise, as diversas necessidades de recortes e ângulos para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva” (BRAGA; TUZZO, 2016, p. 141).

A opção por se trabalhar com três vértices de investigação, que compõem uma triangulação justifica-se no sentido de que os vértices, ainda que componham um processo, devem ser trabalhados de forma isolada, complexos em si mesmos para poder se integrar ao todo (BRAGA; TUZZO, 2016, p. 141). Como este trabalho visa analisar o objeto identidade, considerando o sujeito brasileiro e os fenômenos gerados pela Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação e Congresso Nacional nesse objeto e sujeito, a triangulação é o método que melhor se aplica.

Para maior agilidade na compreensão do objeto de pesquisa o tópico seguinte descreve Brasília.

2.2. BRASÍLIA

2.2.1. A HISTÓRIA DA CAPITAL

Brasília, capital federal do Brasil, planejada a partir da ideia de interiorização da capital do país, possui 2.570.160 habitantes em uma área de 5.760,783 km²

(IBGE, 2010). A capital do modernismo foi idealizada pelo urbanista Lúcio Costa e teve seus monumentos projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Brasília foi inaugurada no ano 1960 seguindo o ideal que já se tinha desde o Brasil colônia. Trazer a capital para o centro do país era a forma que o Império via para evitar uma invasão e salvaguardar a capital. Nesse mesmo período foi sugerido o nome Brasília, por José Bonifácio (IBGE, 2017, s.p.).

A construção da capital foi a realização de um sonho, mas não somente um sonho de Juscelino Kubitschek ou de Dom Bosco, era um sonho que havia permeado o imaginário de vários líderes brasileiros durante anos e anos.

Para os fins deste trabalho não poderia deixar de ser discutida a importância dos *candangos* na construção da tão sonhada capital. Muitos nomes de grandes homens são citados quando se conta a história da capital projetada, o que é claro deve ser sempre lembrado, mas muitos homens que foram essenciais para esse processo são esquecidos ou citados de forma geral, sem maiores detalhes. Estes são os *candangos*, brasileiros que abandonaram suas cidades, para vir trabalhar na capital da esperança em busca de empregos e novas oportunidades de vida.

Foram estas pessoas os primeiros cidadãos brasilienses. Esse grupo de pessoas foi responsável por dar o pontapé inicial ao que se entende hoje por *brasiliense*. Foi a mistura cultural entre sudeste e nordeste (principalmente) que originou o que entendemos hoje como cultura do brasiliense.

Antes de dar início à construção da capital, houve várias etapas de trabalho. Tendo início com algumas missões exploratórias para demarcação do território, acompanhadas de várias pesquisas para melhor compreensão da área e das necessidades daquela região.

Muitos anos após a Missão Cruls, outra equipe foi enviada em 1956 para uma identificação do território para que a partir desse momento tivesse início a transferência do Rio de Janeiro para o Distrito Federal.

2.2.2. BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO

Devido a seu plano urbanístico, Brasília é considerada patrimônio cultural da humanidade. E tem alguns de seus edifícios principais, que estão inseridos na Zona Central, tombados pelo IPHAN.

A capital por diferir de muitas outras, teve um projeto traçado para dar início à sua construção, o chamado plano piloto, elaborado em forma de cruz com dois eixos que se cruzam. Uma capital projetada no planalto central que fugia completamente aos padrões das cidades brasileiras. Para melhor compreensão do que se entende por Plano Piloto e sua preservação tem-se os dois artigos abaixo. Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lucio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil. (DISTRITO FEDERAL, 1987)

Art. 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. (DISTRITO FEDERAL, 1987)

Brasília difere de outros espaços tombados, porque foi na verdade tombada como uma forma de proteção aos princípios urbanísticos que constavam em seu plano inicial. Não muito tempo após sua inauguração, o então presidente Juscelino Kubistchek já discutia o tombamento da capital como solução para manutenção do seu projeto urbanístico. A capital brasileira foi inscrita no Livro do Tombo Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 14 de março de 1990. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. É responsabilidade desta autarquia proteger e promover os bens culturais do País, garantindo a manutenção desses bens para que as gerações futuras tenham a eles acesso.

Antes disso, em 1987, Brasília foi inscrita na lista de Patrimônios da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No período de sua inscrição muitos especialistas ficaram impressionados com a agilidade do processo já que a capital fugia aos pré-requisitos até então utilizados para patrimônios inscritos na lista supracitada.

2.3. POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas apesar de afetarem diretamente e essencialmente a população, são muitas vezes estruturadas por governantes sem levarem em conta as demandas da população o que gera uma série de problemas práticos no momento de execução.

Gastal e Moesch (2007, p. 40) afirmam que o conceito de políticas públicas é historicamente construído como um conjunto de ações que visem à democratização dos bens, serviços e obras públicas para o uso comum.

Entendem que:

Políticas públicas seriam as intervenções realizadas pelo Poder público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender a população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo-lhes acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para os grupos hegemônicos, mas também para os excluídos por razões econômicas, sociais e culturais, etárias ou de gênero, dentro do respeito do direito à diferença (COELHO *apud* GASTAL; MOESCH, 2007, p. 39-40).

Este trabalho, como uma forma de alcançar seus objetivos, procura analisar também como são estruturadas diferentes políticas públicas de órgãos distintos, em consonância, visando a formação de identidade no Distrito Federal. O mais importante aqui é compreender como acontece a relação entre políticas públicas que dialoguem entre si, e como se dá a divulgação entre os integrantes desse processo. Por esse motivo, é importante compreender que as políticas educacionais são formuladas a partir de ações e programas que pretendem garantir os direitos definidos por lei para o exercício da cidadania. Sobre a política nacional de turismo Beni (1998) afirma:

Aos órgãos públicos de turismo em nível federal cabem a formulação das diretrizes e a coordenação dos planos em âmbito nacional e dos que se projetam para o exterior; e aos órgãos estaduais e locais cabem, com o apoio federal, a concepção dos programas e a execução dos projetos regionais e locais (BENI, 1998, s.p.).

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 aborda de forma breve questões relativas à cidadania e geração de identidade. Apesar da diversidade em temáticas a serem trabalhadas no âmbito do turismo no Brasil, o plano é muito voltado para desenvolvimento econômico e constantemente retoma a educação profissional e capacitação do *trade* turístico. Até mesmo quando se fala em educação patrimonial, tem por objetivo o aumento de fluxo e a geração de renda como pode-se observar no trecho retirado do Plano Nacional de Turismo (2018-2022, p. 104):

Dessa forma, educação patrimonial e ambiental são temas que podem contribuir não só para a assimilação da importância desses bens, como também para a criação de novos produtos turísticos, tornando-os mais atrativos ao público e gerar mais fluxo e renda na cadeia turística (MTUR, 2018, p. 104).

Bem como no turismo, na educação, a política nacional é responsável pela criação de um Plano Nacional de Educação (PNE). Atualmente está em vigor o Plano para os anos de 2011-2020. Este plano delimita 20 metas e estratégias para o seu alcance. Durante o texto do documento é citada algumas vezes a questão da cidadania e a importância da educação para o exercício da cidadania, mas não existe um aprofundamento do tema nesse documento, pois o Plano define diretrizes nacionais. O Plano também prevê a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) que tem por objetivo aperfeiçoar a organização da educação para que as políticas públicas sejam mais orgânicas e capazes de assegurar o direito constitucional com equidade. O prazo para a criação do sistema era até o ano de 2016, mas ainda não foi implementado, assim como muitas metas definidas pelo plano que também estão estagnadas.

2.3.1. EDUCAÇÃO

Para os fins deste trabalho foi necessária uma pesquisa referente aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a partir da qual foi possível perceber que a Educação Básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e pelo ensino médio. O Ensino Fundamental abrange as temáticas dessa pesquisa, especialmente nos anos iniciais (1º ao 5º ano) conhecidos por Ensino Fundamental. Por esse motivo, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi necessária a compreensão do Currículo em Movimento do Distrito Federal para o Ensino

Fundamental 1, fase em que se identifica o contato inicial do aluno com sua cidade, no âmbito escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são compostos por uma série de quatorze volumes divididos por áreas temáticas, como *Língua Portuguesa*, *Matemática*, *Arte*, dentre outros. Os volumes utilizados nessa pesquisa foram, principalmente, o de *Temas Transversais – Ética e História e Geografia*.

De acordo com os parâmetros curriculares nacionais o “Objetivo Geral do Ensino Fundamental é utilizar diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica, corporal — como meio para expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções da cultura” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 48).

Neste momento são inseridas questões a respeito de cultura, sociedade, cidadania, compreensão do espaço em que se habita, vivência do espaço, dentre outras questões fundamentais para a formação cidadã. Pode-se perceber o desenvolvimento de questões relacionadas a este trabalho principalmente no quarto e quinto anos do Ensino Fundamental 1.

Os parâmetros curriculares nacionais delimitam aspectos norteadores para que a elaboração dos currículos de cada uma das 27 unidades da federação estejam em consonância apesar de serem independentes de certa maneira.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possui diversas subsecretarias. Com base no público de interesse para este trabalho, utilizaremos a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) que é uma unidade, dentro da Secretaria, responsável por definir, elaborar, implantar, acompanhar e implementar políticas, diretrizes específicas e orientações pedagógicas para a Educação Básica no âmbito da Rede Pública. Essa subsecretaria se divide em várias coordenações, diretorias e gerências que coordenam políticas educacionais para diferentes níveis da educação básica.

Buscando atingir os objetivos deste trabalho utilizaremos a Coordenação de Políticas Educacionais para Educação Infantil e Ensino Fundamental, especificamente a Gerência de Programas e Projetos especiais do Ensino Fundamental que faz parte da Diretoria de Ensino Fundamental, considerando, a

partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Currículo em Movimento do DF, que são nos anos iniciais do Ensino Fundamental que são abordados os temas centrais da monografia em tela, como identidade, cidadania e cultura.

2.3.2. TURISMO

O Ministério do Turismo (MTur) é o órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo no Brasil. É a partir dele que são delimitadas questões gerais a respeito desse fenômeno. No ano de 2018 foi publicado o mais recente Plano Nacional de Turismo, este engloba os anos de 2018 a 2022 e define diretrizes e estratégias para a política nacional de turismo. “O objetivo principal desse documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (MTUR, 2018). Esse Plano é a base norteadora do turismo nas unidades federativas brasileiras, “o conjunto de medidas propostas neste documento contribui para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país” (MTUR, 2018).

No âmbito distrital, nós temos a Secretaria de Turismo do Distrito Federal (SETUR) que tem como propósito planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo. A mesma tem por objetivos:

desenvolver o potencial turístico da cidade; formular diretrizes e promover a definição e implantação de planos, programas, projetos e ações relativas ao turismo no âmbito distrital; realizar e desenvolver estudos e pesquisas destinados a identificar as necessidades e avaliar os efeitos dos programas, projetos e atividades vinculados ao setor de turismo; promover o desenvolvimento e a integração das atividades turísticas visando a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal; e captar investimentos públicos e privados destinados ao apoio e promoção de novos produtos turísticos e manutenção dos já existentes. (SECRETARIA DE TURISMO; sem ano, s.p.)

O Distrito Federal possui o Plano de Turismo Criativo de Brasília 2016 que propõe ações para o desenvolvimento da formação cidadã pela inserção de conteúdos que contemplem cultura, cidadania e civismo, além da realização de acordos com a Secretaria de Educação e o Ministério da Educação para o estabelecimento de uma Unidade Didática sobre Brasília. O plano também conversava com o programa de governo do ex-governador Rodrigo Rollemberg, que definia alguns objetivos para o incentivo à cultura e cidadania.

Pesquisas no *site* da Secretaria de Turismo geraram algumas informações sobre a relação existente entre a SETUR e a Secretaria de Educação. Existem alguns projetos promovidos pelas duas Secretarias em conjunto para formação do cidadão brasileiro a partir da educação básica. Muitos desses projetos envolvem visitas mediadas tanto para conhecer um pouco da Esplanada dos Ministérios, quanto alguns espaços institucionais que dizem respeito ao funcionamento dos Governos Federal ou Distrital.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE: A FORMAÇÃO BÁSICA, A SECRETARIA DE TURISMO E DEMAIS INSTITUIÇÕES

3. ANÁLISE

Neste capítulo estão agrupados os dados encontrados ao longo desta pesquisa. Primeiramente, por meio de um levantamento de arquivos públicos, se encontra uma análise documental, com informações a respeito da formação básica e seu papel no incentivo à cidadania, identificando também qual a participação da Secretaria de Turismo nesse processo.

Em seguida a partir de entrevistas realizadas com representantes institucionais discute-se a importância do posicionamento de instituições locais e federais para a formação de identidade e participação cidadã.

3.1. ANÁLISE DOCUMENTAL

A Secretaria de Educação do Distrito Federal possui diversos programas e projetos que visam ao incentivo à Educação cidadã, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer. Além disso, conta com a colaboração de alguns órgãos engajados com as temáticas supracitadas que oferecem suporte aos programas e projetos.

O Distrito Federal desde 2017 conta como o Programa *Criança Candanga* que procura garantir e promover os direitos das crianças e fomentar a participação da sociedade priorizando a Política da Criança e do Adolescente no Distrito Federal em todos os órgãos.

A Subsecretária de Ensino Básico (SUBEB) possui catálogos anuais de programas e projetos. Utilizando o Catálogo de programas e projetos 2019 foram selecionados alguns, que possuem temática mais relacionada às questões de cidadania e cultura para discussão neste trabalho.

Brasil, um país plural, esse programa acontece em todas as unidades escolares da Secretaria de Educação e procura incorporar no conteúdo escolar a história e cultura de povos negros e indígenas. O trabalho é realizado por meio de kits escolares sobre a temática.

O *Painel Folclórico* também pode atender a todas as unidades escolares do DF e traz elementos da cultura indígena, africana e europeia. Esse projeto consiste em um roteiro pedagógico e uma mala contendo livros, um painel temático, fichas de parlendas, adivinhas, trava-línguas, cantigas, de jogos e brinquedos populares, CDs e DVDs que ficam à disposição para serem emprestados para escolas interessadas. O objetivo é exatamente a valorização do legado oral e da construção de identidade cultural do povo brasileiro.

Conhecendo o Parlamento é um programa que recebe estudantes da rede pública na Câmara Legislativa, com o objetivo de possibilitar aos estudantes maior conhecimento sobre o poder legislativo e a atividade parlamentar, por meio de palestras para incentivar o exercício da cidadania.

Inclusão Social desde a Infância se dá por meio de uma parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral - TRE/DF e a Secretaria de Educação. Atende alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e procura promover discussões a respeito de questões sociais contemporâneas a partir da utilização de personagens do folclore brasileiro. O programa objetiva propiciar a inclusão social e cultural.

O Projeto *Parque Educador* tem por intuito ressignificar espaços de Unidades de Conservação e parques ecológicos para tornar esses locais espaços educadores que possam restabelecer a relação de pertencimento aos espaços e possibilitar um sentimento de valorização desses espaços por parte da comunidade. São atendidas crianças do 3º ao 7º ano.

Agefis nas Escolas é um projeto que se dispõe a atender alunos do 5º ano da rede pública com a finalidade de propiciar o engajamento do cidadão com a sua cidade. O projeto é uma parceria entre a Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF que por meio de palestras procura sensibilizar a comunidade escolar sobre o uso consciente de espaços públicos.

A Secretaria de Educação em parceria com a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF propõe o projeto *Metrô Solidário* que visa apresentar para as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental a mobilidade dos trilhos e a história do metrô além de vivenciar normas de segurança e sinalização.

O Programa *Cidadania e Justiça na escola* – AMAGIS - TJDFT atende crianças cursando o 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública e tem por objetivo aproximar as escolas do Poder Judiciário levando noções de cidadania aos estudantes e incentivando atitudes e comportamentos baseados na Educação em e para os Direitos Humanos. O programa surge de uma parceria entre Associação dos Magistrados do Distrito FEDERAL - AMAGIS/DF, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

Uma das ações da Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF é o Projeto *Territórios culturais*, o projeto é realizado por meio de uma parceria com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal - SECULT e tem como finalidade integrar o trabalho pedagógico das unidades escolares às atividades de Educação Patrimonial por meio da valorização do patrimônio cultural do Distrito Federal.

O programa *Um por todos, todos por um! Pela ética e cidadania* tem como objetivo estimular crianças do 4º ano do ensino fundamental a se engajarem com as questões sociais e terem uma visão mais crítica para que tenham consciência dos seus direitos e deveres. O programa é uma parceria da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e é realizado por meio de cartilhas com personagens da Turma da Mônica para difundir aspectos relacionados à democracia, participação social,

respeito à diversidade, autoestima, responsabilidade cidadã e interesse pelo bem-estar coletivo.

Como pode-se observar a Secretaria de Educação do Distrito federal possui diversos programas e projetos que incentivam o desenvolvimento cultural e o exercício da cidadania já na fase inicial do Ensino Básico. A cultura não é algo fixo e cristalizado que o sujeito carrega por toda a sua vida como um peso que o estigmatiza, mas é elemento que o auxilia a compor sua identidade. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL, 1997, p. 34). Esses programas são fundamentais para que as crianças já cresçam com alguma noção do que é sua cultura e do que se entende por identidade do brasileiro, apesar de ser uma coisa que está em constante mudança, e também do que é ser cidadão e do impacto que isso gera no contexto social em que cada indivíduo se insere.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam:

[...] se os valores morais que subjazem aos ideais da Constituição brasileira não forem intimamente aceitos e considerados válidos e necessários pelos indivíduos que compõem este país, o próprio exercício da cidadania será seriamente prejudicado, para não dizer, impossível. É tarefa de toda sociedade fazer com que esses valores vivam e se desenvolvam. E, decorrentemente, é também tarefa da escola. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - ÉTICA, 1997, p. 51)

As bases da educação no Brasil estão bem fundamentadas sobre pilares que tratam cidadania e pluralidade cultural como temáticas de singular importância para o desenvolvimento humano e consequentemente do cidadão brasileiro.

Um dos objetivos previstos pelos parâmetros curriculares nacionais é:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL, 1997, p.8)

Os programas e projetos supracitados atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental, focando o público de interesse deste trabalho. Muitos dos projetos não atendem a um número muito grande de crianças, mas alguns atendem a todas as escolas públicas do Distrito Federal que tiverem interesse em participar, apesar de não terem dados sobre o quantitativo de escolas e crianças atendidas. Um dos programas que atendem toda a rede pública do Distrito Federal é o *Inclusão Social desde a Infância* que acontece em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral e

recebe todo o suporte necessário dessa instituição. O programa chega a atender 40 mil crianças anualmente. A partir desse programa pode-se perceber a importância de parcerias entre a Secretaria de Educação e outras instituições governamentais que estão abrigadas no DF.

A partir desses programas e projetos também é possível observar o quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais conversam com o Currículo do Distrito Federal e refletem na elaboração de cada programa ou projeto. Um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais consiste em valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL, 1997, p. 45). Um dos objetivos que se encontra no Currículo em movimento do Distrito Federal para alunos do 4º ano é reconhecer o Distrito Federal a partir de sua história, seus símbolos, seu sistema administrativo, percebendo a pluralidade cultural, a biodiversidade, as atividades econômicas e suas relações com a qualidade de vida e a sustentabilidade (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 263).

Outro objetivo que também pode ser destacado é reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania; (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL, 1997, p. 45). Temos objetivos correspondentes no Currículo em movimento do Distrito Federal para alunos do 1º ano que seria construir a sua identidade como sujeito individual e coletivo (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 277). No 2º ano temos a proposta de apropriar-se da história de sua família, da escola e da comunidade, percebendo-se como cidadão pertencente a esses grupos e como sujeitos históricos (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 277) e Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 277-278). No 5º ano, associar a noção de cidadania aos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 281) e Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos e relacioná-los ao presente (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 282).

Pode-se compreender que a educação está em constante busca para a contribuição da formação individual e formação de identidade para que se obtenha o sentido de pertencimento e baseado nele a necessidade de exercer a cidadania. É, portanto, imperativo que a escola contribua para que a dignidade do ser humano seja um valor conhecido e reconhecido pelos seus alunos. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - ÉTICA, 1997, p.69)

Agora falando sobre turismo, é possível perceber que não existe uma participação efetiva da Secretaria de Turismo nesses programas e projetos, apesar de haver parcerias de muitas instituições com a Secretaria de Educação. Pelo que se pode observar, no *site* da Secretaria de Turismo, existe uma grande variedade de conteúdos com a temática *Turismo Cívico*, mas, com pouquíssimas exceções, eles estão sempre em busca de promover essa prática para pessoas de fora de Brasília e parece não haver muito esforço para incentivar o turismo cidadão em Brasília.

Como bem explorado nos Parâmetros Curriculares Nacionais a cultura pode assumir um sentido de sobrevivência, estímulo e resistência. Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PLURALIDADE CULTURAL, 1997, p. 34). Então faz-se necessário a participação da Secretaria de Turismo nesse processo que é essencial para que o brasiliense se entenda como integrante e fundamental para a formação de uma identidade para um dos marcos da modernidade. Não é possível e nem racional se falar em turismo cívico em um espaço que nem as pessoas que o vivenciam se identificam com ele ou compreender esse caráter de que tanto falam.

Uma das questões que o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 prevê, diz respeito à sustentabilidade sociocultural, que assegura que o desenvolvimento preserve a cultura local e os valores morais da população, fortaleça a identidade da comunidade e contribua para o seu desenvolvimento (PLANO NACIONAL DE TURISMO, 2018, p. 58). Esse é um dos únicos pontos no Plano que tratam da identidade da comunidade, pois as questões a que se dá maior importância são as questões econômicas que são discutidas de diversas formas no texto da publicação.

O Plano de Turismo Criativo do Distrito Federal aborda algumas vezes a temática identidade, mas em muitas delas pode-se novamente observar o caráter econômico como questão principal. O trecho que trata sobre a marca Brasília menciona ligeiramente sobre identidade no sentido proposto neste trabalho “desenvolver nova imagem da marca Brasília mediante a promoção de um processo de branding da cidade, que permite reforçar o prestígio, fomentar a fidelidade, garantir a qualidade, transmitir valores e dotar as pessoas de identidade e sentimento de pertencimento” (PLANO DE TURISMO CRIATIVO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p.44). Contudo dando continuidade à leitura é possível perceber que a discussão gira em torno da criação de uma imagem a ser vendida. Mais à frente o plano diz que o investimento nos setores criativos reforça a identidade cultural da cidade e também sua promoção para o mundo (PLANO DE TURISMO CRIATIVO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p.58).

Apesar das observações acima, no site da Secretaria de Turismo podemos encontrar alguns projetos realizados em parceria com a Secretaria de Educação, um deles é o “ROAC de portas abertas”, que conta também com a parceria da Casa Militar e o apoio da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB). O projeto recebe crianças na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC) nas segundas-feiras. Por acontecer em um único dia durante a semana e por não atender grupos muito grandes, o projeto acaba não atendendo muitas crianças considerando o número de estudantes da educação básica no Distrito Federal. No site é possível encontrar apenas notícias sobre o projeto sem maiores dados. Os outros projetos encontrados foram realizados em outros governos e precedem o Plano de Turismo Criativo de Brasília.

3.2. ANÁLISE DE ENTREVISTAS

Foram realizadas ao longo deste trabalho duas entrevistas para discussão da temática idealizada. Uma delas com o coordenador de Visitação Institucional e Relacionamento com a comunidade no Senado Federal que se chama Tadeu Sposito, escolhido por ser um dos responsáveis pela visita institucional do Palácio do Congresso Nacional. A segunda entrevista foi feita com uma das professoras responsáveis pelo programa *Inclusão Social desde a Infância* que é exercido em

parceria com o Tribunal Regional Eleitoral e a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A intenção ao realizar essas duas entrevistas seria uma comparação entre uma instituição que já possui um programa bem estruturado que atende várias crianças e a maioria das unidades escolares do Distrito Federal e uma instituição de grande importância nacional tida como um dos símbolos da cidade, mas que não possui vínculo com nenhuma outra instituição para o fomento do Turismo Cívico no Distrito Federal voltado para os brasilienses. Apesar de se ter um projeto de *Visitação Institucional Integrada em Brasília* (VIIBRA) que contava com a participação da Secretaria de Turismo e outras 16 instituições para fomentar a visita à instituições públicas, todavia encontra-se atualmente paralisado.

3.2.1. ENTREVISTA SENADO FEDERAL

A entrevista realizada com o coordenador de Visitação Institucional e Relacionamento com a comunidade no Senado Federal abordou diversas das questões trazidas na primeira parte deste trabalho.

A entrevista foi dividida em tópicos e a íntegra pode ser acessada no apêndice A deste trabalho. Foram primeiro tratadas as questões de cidadania e identidade, em seguida, a visita e a Educação Básica, e por último, a relação entre o Congresso Nacional e outras instituições.

A educação é um aspecto essencial para que o indivíduo se identifique com os seus e como cidadão. E aqui não se fala apenas da educação formal, mas dos diferentes aprendizados adquiridos pelas relações sociais. De acordo com o coordenador da visitação “O Congresso Nacional é por essência um lugar de cidadania.”, então não seria esse local um espaço de extrema importância para a sociedade e principalmente para a educação? O próprio coordenador afirma que “[...] é função fundamental do parlamento ser um lugar de promoção, de incentivo e também de educação.”.

O homem sempre organizou e se utilizou de signos, símbolos para se expressar, interagir e tentar explicar sua origem (BENEVENUTI; GUIMARÃES; LIRA, 2017, p.66). O coordenador de visitação do Senado Federal declara que o “[...] o Congresso Nacional é quase que o símbolo da cidade, é o que as pessoas mais

veem [...] este prédio é a construção mais emblemática de Brasília e de algum modo define um pouco a cidade”.

Uma das questões que permeiam a discussão desse trabalho é o senso comum de que muitos brasilienses não se identificam com a parte central da Capital, que é exatamente onde se encontram os diversos monumentos modernistas que são tidos como símbolos da nação brasileira. O coordenador ainda afirma que “[...] o Congresso é indissociável da história de Brasília.” pelas diversas obras e espaços que são abordados durante a visita fazem parte da história do Distrito Federal, “A presença do poder aqui é parte constituinte da cidade e da identidade. Tudo o que acontece aqui dentro na visita de algum modo tem a ver com a cultura da cidade.”.

3.2.2. ENTREVISTA TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

A professora Fernanda Barnabé foi quem se dispôs a conceder a entrevista para este trabalho. Ela é uma das professoras responsáveis por este e por mais dois programas realizados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Juntamente com a professora Renata, é parte essencial do projeto, pois são essas duas professoras que fazem a intermediação entre o TRE e as escolas.

O programa *Inclusão Social desde a Infância*, como já comentado neste trabalho, se dá a partir de uma parceria do Tribunal Regional Eleitoral com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Durante a entrevista a professora Fernanda Barnabé explica que o primeiro programa a ser criado com a participação do TRE foi o “Eleitor do Futuro”. Esse programa atende crianças dos anos finais do ensino fundamental e foi uma ideia importada da Costa Rica, considerada um sucesso após seus primeiros anos e a partir disso surgiu a ideia de levar o programa para os anos iniciais do ensino fundamental.

Para o entendimento de crianças mais jovens foi elaborado o programa *Inclusão Social desde a Infância* de forma mais lúdica. O programa associa cinco personagens do folclore brasileiro a questões sociais contemporâneas de muita relevância, como o papel da mulher na sociedade, a relação do homem com o meio ambiente, o preconceito às diferenças, dentre outros, para que as crianças possam

compreender que a real importância é que se tenha um voto consciente baseado nos ideais defendidos por cada personagem.

Além de explorar questões culturais e ao mesmo tempo práticas eleitorais, que fomentam a formação da identidade e o exercício da cidadania, o TRE oferece suporte financeiro e físico para que as crianças tenham acesso ao conhecimento do processo eleitoral de modo mais próximo possível da realidade.

3.2.3. ANÁLISE CONJUNTA

A partir dessas duas entrevistas podem ser feitas algumas pontuações. Vale ressaltar que as duas instituições são bem distintas, o Tribunal Regional Eleitoral é uma instituição distrital, que atende às necessidades eleitorais, e que nelas interferem, no âmbito do Distrito Federal. Já o Congresso Nacional é composto por duas instituições federais que atuam em prol da nação brasileira.

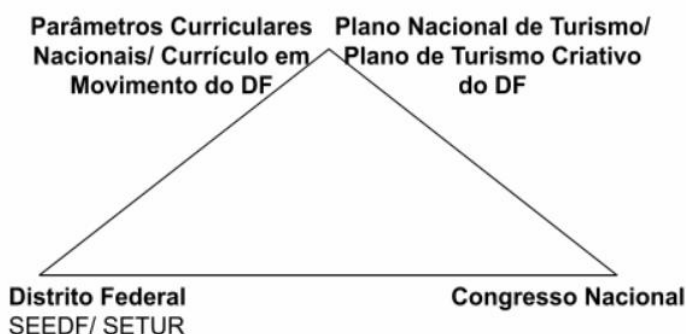
O programa realizado pelo TRE foi muito bem elaborado e tem sido bem desenvolvido aqui no Distrito Federal. Também não se pode esquecer que esse programa tem todo o apoio da Secretaria de Estado de Educação, que cede pessoas para a sua realização e procura engajar as regionais de ensino e as unidades escolares com o projeto e desenvolverem em conjunto uma noção de cidadania.

No caso do Congresso Nacional, até o momento, não existe nenhum projeto voltado para essa temática. A visita institucional acontece diariamente e acaba recebendo muitas crianças durante o processo, porém se tivermos em mente o número total de estudantes do Ensino Fundamental da rede pública, esse número será irrisório.

A discussão em construção nesse momento é o fato de que o Congresso Nacional, em sua monumentalidade, poderia provocar um impacto muito mais intenso na formação identitária do brasiliense. É claro que não se pode esquecer o papel fundamental da Secretaria de Turismo em participar desses processos.

A triangulação, como o nome já sugere, consiste no estudo de uma temática utilizando-se de uma tríade. Triviños delimita os três aspectos que devem ser considerados durante esse processo. O primeiro, Processos e Produtos centrados

no Sujeito; o segundo, Elementos Produzidos pelo meio do sujeito; e por último, Processos e Produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro organismo social, no qual está inserido o sujeito (TRIVIÑOS, 1987, p. 140). Abaixo pode-se observar um triângulo com os aspectos delimitados pela pesquisa.



A cultura, como já discutida neste trabalho, está em constante mudança, não é algo fixo, e sofre influência de diversos fatores, um deles, que afeta diretamente nosso objeto de pesquisa, são os instrumentos legais e oficiais, que foram utilizados na análise documental desta monografia.

Em busca de atender o objetivo geral aqui proposto “entender a construção de identidade do brasiliense por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na educação básica” foram especialmente consideradas as diretrizes que definem a maneira como é desenvolvido o turismo no Brasil e também no DF, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais que determinam o que deve ser estudado durante a Educação Básica e, a partir deles seja criado o currículo escolar do DF. Como se observa no triângulo, esse é um dos vértices, que foi essencial para alcançar o objetivo geral.

Utilizando-se da lógica proposta pela triangulação, a primeira lacuna a ser preenchida foi a da identificação sobre o momento em que tem início a introdução de Brasília, como capital federal e local de moradia, na educação básica. Essa identificação demonstra o primeiro aspecto do incentivo à formação de identidade brasiliense, ou seja, é a partir dos processos e produtos desenvolvidos que podemos elencar aspectos centrados no sujeito que foram essenciais para essa pesquisa. Como já exposto, é nos anos iniciais do Ensino Fundamental que a temática começa a ser trabalhada, e nesse momento são inseridas questões de significação de espaços e de sua importância para grupos diferenciados.

Em seguida é necessário compreender o meio em que está inserido o sujeito, para entender como esse meio o afeta. Por exemplo, o meio em que o cidadão brasileiro se encontra está envolto em questões sociopolíticas, o que provoca uma necessidade ainda maior de trabalhar com as crianças questões cívicas e cidadãs para compreensão do seu próprio espaço.

Por último tem-se o Congresso Nacional, que representa o macro organismo social na qual o sujeito está inserido. Esse organismo interfere no sujeito mesmo que de forma superficial, considerando que não gera uma influência intencional, mas pelo seu papel na estrutura social acaba interferindo nesse sujeito.

Analisando todos os projetos e programas expostos neste trabalho, não é difícil identificar a possibilidade de inserção da Secretaria de Turismo em muitos deles. O turismo, no Brasil, tem sido constantemente pensado pelo seu caráter econômico, gerador de emprego e multiplicador ao mesmo tempo em que se fala em disseminar cultura, fomentar a pluralidade cultural e incentivar a geração de identidade. Estes últimos estão sempre sendo renegados em prol de um “bem maior”, a geração de renda.

Em seu papel de instituição representativa do turismo no Distrito Federal, a Secretaria de Turismo tem procurado exercer diversas atividades e elaborar novas formas de atrair turistas do Brasil e do mundo. Durante entrevista o coordenador Tadeu Sposito, coordenador de Visitação do Senado Federal, disse que “[...] a Secretaria de Turismo do Distrito Federal está mostrando muito interesse em se aproximar, então a gente tem participado de reuniões junto com a secretaria de turismo.”. A Setur também deveria estreitar relações com a SEEDF a fim de promover o turismo cidadão para o incentivo a geração de identidade, até mesmo em parceria com o Congresso Nacional, para que o cidadão se integre ao meio ao qual está inserido. A prática cidadã e o sentimento de pertencimento por parte do brasileiro em conjunto com a apropriação dos espaços, implicariam em como o brasileiro entende a capital federal e em como um turista seria inserido nesse espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de elencar os diferentes aspectos que dão continuidade à lacuna que existe em relação à identidade do brasiliense. Existem muitas questões que interferem na relação do indivíduo com o espaço na capital federal, mas a proposta aqui foi delimitar e discutir as questões referentes à prática do turismo e aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Retomando os objetivos propostos inicialmente, o primeiro objetivo específico consistia em “levantar dados referentes à inserção de Brasília na formação básica do brasiliense e a forma como isso ocorre na prática”. Rapidamente se identifica na documentação pesquisada que essa inserção acontece nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além disso, o objetivo também propôs uma discussão sobre a maneira como isso se dá. Apesar de não termos entrevistas realizadas com representantes da Secretaria de Educação e da Regional de Ensino, a entrevista com a Professora Fernanda, responsável pelo programa *Inclusão Social desde à Infância*, em conjunto com dados documentais pôde elucidar essa questão. São realizados alguns projetos que visam incentivar o entendimento e a interpretação do espaço em que se habita para crianças dessa faixa-etária. Um dos projetos em que mais pudemos perceber a inserção prática da história de Brasília na realidade dos estudantes é durante a realização do projeto *Territórios Culturais*, em que muitos museus de grande relevância para a história e cultura do brasiliense são visitados.

A partir do segundo objetivo específico; “Identificar como a Secretaria de Educação percebe a Esplanada na construção de identidade” é possível perceber que a SEEDF associa a Esplanada a questões cívicas e relativas ao exercício da cidadania. Algumas das instituições engajadas nos programas e projetos estão sediadas no Eixo Monumental, e alguns dos projetos citados também levam as crianças a esses espaços. Então é crível que a Secretaria de Educação identifique a Esplanada como um espaço de grande importância que deve ser constantemente trabalhado já no início da Educação Básica. Visto que essas questões são fundamentais para o desenvolvimento cidadão, a Secretaria de Educação parece estar fazendo esforços para despertar o interesse para questões sociais desde a infância.

Tendo em vista o último objetivo específico de “investigar a relação entre a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Educação na geração de identidade” pode-se inferir a partir dos dados e também das entrevistas que a relação entre essas duas instituições não é muito estreita, mas, a análise dos projetos existentes na Secretaria da Educação, mostra margem para diversas parcerias. Não podemos nos esquecer do Congresso Nacional que, como demonstrado na fala do coordenador de visitação, está aberto para novas parcerias que envolvam a educação cidadã.

Durante a realização dessa pesquisa foi feito o levantamento de uma série de dados que levaram a observação de que não existe uma participação muito expressiva da Secretaria de Turismo em prol do turismo cidadão. Muitos dos objetivos definidos pelo Plano Nacional de Turismo ou pelo Plano de Turismo Criativo do Distrito Federal parecem tratar a questão como mais um produto turístico.

As duas instituições utilizadas na reflexão foram o TRE e o Palácio do Congresso Nacional. A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber interesse das duas instituições em se envolver nos processos de constituição de cidadania e identidade do brasileiro. Cada uma, à sua maneira, desenvolve a questão nos âmbitos institucionais que lhe convém. O Congresso Nacional, com seu Programa de Visitação, recebe milhares de brasileiros anualmente, dos quais 6.182 eram estudantes advindos do ensino fundamental. No ano de 2018, apenas 2.062 eram da Rede Pública. O programa *Inclusão Social Desde a Infância* em conjunto com outros dois programas voltados à educação no TRE tem participação anual de 40 mil crianças de acordo com a entrevistada.

O programa de visitação do Congresso Nacional não possui projeto voltado à recepção de crianças da rede pública para incentivar essa prática por brasileiros que habitam o mesmo território do palácio. A Secretaria de Turismo tem buscado o Congresso para a participação em programas que incentivem o turismo cívico, mas, até o presente momento, nenhum deles tem envolvimento direto com a educação.

Finalmente, em resposta ao objetivo geral de “entender a construção de identidade do brasileiro por meio do turismo cívico, considerando a vivência do turismo na Educação Básica”, não se pode dizer que o turismo cívico no Distrito Federal tem exercido um papel de relevância na formação de identidade do brasileiro. O que se pode afirmar é que na capital federal se tem uma série de

programas e projetos, especialmente fomentados pela Secretaria de Educação, que poderiam se enquadrar como turismo cidadão se incentivados e em parceria com a Secretaria de Turismo. Os programas e projetos que existem têm exercido um importante papel para a formação de identidade e o exercício da cidadania, mas diferem do que a Secretaria de Turismo entende como turismo cívico. E o que a Secretaria de Turismo entende por turismo cívico não parece englobar o cidadão local.

Por fim, a reflexão que incito é a falta de participação da instituição de turismo local em inserir os cidadãos brasilienses, principalmente as crianças, no turismo cívico e incluí-los como parte deste fenômeno cultural, o que acarretaria em um valioso envolvimento social, até mesmo em prol do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana T. **Cultura, cidade e cidadania**. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

BARRETTO, Margarita. História, educação e cidadania. **Revista Turismo em Análise**, v. 3, n. 2, p. 34-43, 1992. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rta/article/view/64155>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Ed. Senac 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=f9GCDwAAQBAJ&pg=PT142&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12/05/2019.

BENI, Mário Carlos. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRAMBATTI, Luis Ernesto; DAMAS, Marcos Tonet. **Território, turismo e identidade: percepção de moradores da cidade portuária de Paranaguá-PR**.

BRASIL. Governo do Distrito Federal (GDF). **Currículo em movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Anos Finais**, 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

BRASIL. Governo do Distrito Federal (GDF). **Decreto N° 10.829**. Disponível em: <https://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html>. Acesso em: 18 de abril de 2019. Brasília, DF, 1987.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Programa Criança Candanga. **O que é Criança Candanga?** sem ano. Disponível em: <<http://www.criancacandanga.df.gov.br/o-que-e/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília. **Administração Regional de Brasília.** Brasília 01/14. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia/historico> Acesso em: 22/04/19.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Brasília Completa 30 Anos como Patrimônio Mundial**, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4481/brasilia-completa-30-anos-como-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **O IPHAN.** Publicado em: “Sem ano”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 1 de maio de 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), DF. **Patrimônio em Transformação Brasília:** Atualidades e Permanências na Preservação de Bens Culturais em Brasília. Brasília: IPHAN DF 2017.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Superquadra de Brasília, preservando um lugar de viver**, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/cartilha_unidade_vizinhanca%CC%A7a_iphan_df.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **MEC Propõe Pacto Nacional para o Debate e Elaboração das Leis.** Publicado em: “Sem ano”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36419-sistema-nacional-de-educacao>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). **Estrutura da SUBEB**, sem ano. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/quem-e-quem-subeb/>>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). **Programas e Projetos do Ensino Fundamental**, sem ano. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/programas-e-projetos-do-ensino-fundamental/>>. Acesso em 28 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 4 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). Secretaria de Educação Básica. **Catálogo de Programas e Projetos**, 2019. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Cat%C3%A1logo-de-Programas-e-Projetos-SUBEB-2019.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Plano Nacional de Turismo**: diretrizes, metas e programas 2018/2022. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em: 1 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, DF: MTur, 2003. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. **Plano de Turismo Criativo de Brasília – 2016/2019**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Secretaria de Turismo (SETUR). **A Secretaria**, sem ano. Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/mapa-estrategico/>>. Acesso em 30 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. **Guia Turístico da Cidade de Brasília** – Edição 1. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/guiaturistico/>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro** – o turismo cultural no Brasil. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/ORGANIZA%0AINDUSTRIAL_DO_TURISMO.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Vers%0AFinal_IMPRESS%0A.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério de Turismo. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETUR). **Projeto “ROAC de Portas Abertas”**. Brasília, DF, 2019 Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/alunos-da-rede-publica-visitam--residencia-oficial-de-aguas-claras/>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério de Turismo. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETUR). **Crianças de Escola de Planaltina Visitam Residência Oficial em Águas Claras**. Brasília/DF. 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/criancas-de-escola-de-planaltina-visitam-residencia-oficial-de-aguas-claras/>>. Acesso em: 17 abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Catálogo de Programas e Projetos 2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível

em: <<http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/Cat%C3%A1logo-de-Programas-e-Projetos-SUBEB-2019.pdf>>. Acesso em: 22 de junho 2019.

CARVALHO, Wanderley Gomes de. Turismo, espaço e educação em Brasília: uma visão do turismo entre profissionais de educação no Distrito Federal. 2009. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/368>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

CEBALLOS, Viviane Gomes de et al. " **E a historia se fez cidade...": a construção historica e historiografica de Brasilia.** 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281709>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ). **Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação)–Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Universidade Federal de Minas Gerais,** 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/878/675>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

COSTA, Alvaro Daniel (org.). **Cultura, cidadania e políticas públicas** - vol. 1. Belo Horizonte/MG: Atena, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/?s=Cultura%2C+cidadania+e+politic+publicas+>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

COSTA, Alvaro Daniel (org.). **Cultura, cidadania e políticas públicas** - vol. 2. Belo Horizonte/MG: Atena, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/?s=Cultura%2C+cidadania+e+politic+publicas+>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

COSTA, Alvaro Daniel (org.). **Cultura, cidadania e políticas públicas** - vol. 3. Belo Horizonte/MG: Atena, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/?s=Cultura%2C+cidadania+e+politic+publicas+>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

COSTA, Alvaro Daniel (org.). **Cultura, cidadania e políticas públicas** - vol. 4. Belo Horizonte/MG: Atena, 2019. Disponível em:

<<https://www.atenaeditora.com.br/?s=Cultura%2C+cidadania+e+politic+publicas+>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Lucio. **Brasília revisitada**. Diário Oficial do DF, v. 14, 1985/1987.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**, 2007. 10ª Ed. São Paulo: Papyrus, 1994. Disponível em: <<https://www.livrebooks.com.br/livros/politica-social-educacao-e-cidadania-pedro-demo-gjocus3qq0wc/baixar-ebook>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**, 2001. Disponível em: <<http://www.academia.edu/download/38609175/128190848-jose-murilo-de-carvalho-cidadania-no-brasil-pdf.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

DE OLIVEIRA, Josildete Pereira; DOS ANJOS, Francisco Antonio; DE LAMARE LEITE, Fabiana Calçada. O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF. **Interações (Campo Grande)**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v9n2/a05v9n2>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_WWUiocyAT4C&oi=fnd&pg=PA1&dq=a+sociedade+dos+indivíduos&ots=YaGZW0k4DZ&sig=ly3OI-kp_xconCA7g3S7mq3p9s8>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

FERREIRA, Renata Brauner. **Turismo e cidadania: como pensar as bases desta relação?** Rio Grande do Sul, Brasil, sem ano. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/qt3-turismo-e-cidadania.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

GAMA, James Borralho. **Brasília, a terra prometida: turismo místico e religioso na capital do país**. 2009. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/549>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org). Turismo investigação e crítica. São Paulo: Ed. Contexto, 2002, p.69-82.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GASTAL, Susana (Org.). **Turismo - investigação e crítica**. Porto Alegre: Contexto, 2002.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turista Cidadão: uma contribuição ao estudo da Cidadania no Brasil**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–UnB–Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2006.

GIDDENS, Anthony; DE ALMEIDA, Miguel Vale; MONTEIRO, Aiala. **Modernidade e identidade pessoal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

GUIMARÃES, Décio Nascimento (org.); AMARAL, Shirlena Campos de Souza (org.). **Educação, Cultura e Sociedade**, 2017. Rio de Janeiro, Brasil Multicultural, 2017. 280 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tupy Kurumin, 2006.

JULIÃO, Déa Vilela. Com a fala o professor: as representações e a produção de sentido sobre o turismo no currículo escolar. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/33867>>. Acesso em: 4 de junho de 2019.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIMA, Luciana PB; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. **Texto apresentado no IV Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 2013.** Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf> >. Acesso em: 20 de abril de 2019.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. In: O que é cidadania. 1996.

MARTINS, Clerton. Identidade: percepção e contexto. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, p. 39-48, 2003.

MIRANDA, Risle Lopes. **Brasília como obra de arte**: o moderno e a marginalização do espaço urbano e cultural. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153045190808854777108231357126206582002.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. 2004. Tese de Doutorado.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sérgio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6816/1264.pdf>>.

Acesso em: 25 de abril de 2019.

OMT, NUU. **Recomendaciones Internacionales para Estadísticas de Turismo**. 2008.

OTTO, Natália. **Globalizando o olhar do turista**, de John Urry. Plural-Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 2, p. 142-155, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/125105/122178>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Patrimonialização e desenvolvimento: conexões e contradições em Brasília**, 2016. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional–PPGDSCI, Universidade de Brasília–UnB. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Janaina_Peres2/publication/321301833_PATRIMONIALIZACAO_E_DESENVOLVIMENTO_conexoes_e_contradicoes_em_Brasilia/links/5a1ac0fea6fdcc50adec762f/PATRIMONIALIZACAO-E-DESENVOLVIMENTO-conexoes-e-contradicoes-em-Brasilia.pdf>. Acesso em: 9 de maio de 2019.

PINSKY, Jaime ; PINSKY Carla. **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PNUD, **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. Educação e pesquisa, v. 28, n. 2, p. 113-128, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v28n2/a09v28n2.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. Annablume, 2005.

ROCHA, Yuri Tavares. Teoria Geográfica da paisagem na análise de fragmentos de paisagens urbanas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Formação**, n. 15, p. 19-35, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/3_rocha.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2019.

SANT'ANNA, Fernanda da Silva. **Educação patrimonial e a formação do turista cidadão: um estudo de caso sobre o projeto re (vi) vendo êxodos**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18362>>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

SCHLEE, A. R. ; FICHER, Sylvia . **Brasília - Confronto entre a iluminação do passado e a reflexão sobre um presente em evolução constante**. 2010.

SILVA, Ligia Alves da. **Reflexões sobre a prática turística e pedagógica na construção do processo de aprendizagem por meio do passeio escolar**. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/31115>>. Acesso em: 4 de junho de 2019.

SOUZA, Valmir. **Cidadania Cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural**. Outubro de 2017. Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva, 1928- T759Í. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>>. Acesso em: 4 de abril de 2019.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 4, n. 5, p. 140-158, 2016. Disponível em: <<http://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/38>>. Acesso em: 19 de março de 2019.

URRY, John. **O olhar do turista**. Studio Nobel, 1996.

VIANNA, Márcio. **Brasília e o patrimônio mundial**, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BRASILIA%20E%20O%20PATRIMONIO%20MUNDIAL%20artigo%20MARCIO%20VIANNA.pdf>>. Acesso em: 9 de maio de 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3a edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A: ENTREVISTA – CONGRESSO NACIONAL

Entrevista com Tadeu Sposito, coordenador da visitação institucional ao Congresso Nacional, ocorrida em 11/06/2019.

1. Apresentação.

Introdução: Meu nome é Mylena Rodrigues, sou estudante de turismo na UnB, e esta entrevista encontra-se dentro do meu trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo é compreender a construção da identidade do brasileiro. Assim sendo, acredito que esta entrevista seja importante para analisar o papel do Congresso Nacional durante esse processo de formação de identidade na educação básica.

P: Tadeu, você poderia se apresentar, e falar um pouco da função que você exerce aqui na COVISITA?

R: Meu nome é Tadeu, sou coordenador da visitação institucional e relacionamento com a comunidade no Senado Federal. A principal atividade da nossa coordenação é, junto com a Câmara dos Deputados, organizar e promover a visitação institucional dentro do Congresso Nacional.

2. Cidadania e identidade.

P: Por ser um espaço que pode ser utilizado pelo povo brasileiro, qual a relação que você identifica entre a cidadania e o Congresso Nacional?

R: O Congresso Nacional é por essência um lugar de cidadania. Um dos conceitos de cidadania, quando você estuda, tem muito a ver com a relação do indivíduo com o Estado. Na prática não existe cidadania se não há Estado, e o órgão por essência do Estado que representa ou deve representar a população é o parlamento. É aqui, no parlamento, que estão ou devem estar representados os diversos setores ideológicos e de pensamento da sociedade para se sentarem, discutir e tomarem as decisões. O parlamento é por essência o espaço de

pluralidade de vozes, e se não for tem alguma coisa errada. Então se tem um lugar onde a cidadania se materializa e acontece ele é, e tem que ser, o parlamento. Então é função fundamental do parlamento ser um lugar de promoção, de incentivo e também de educação.

P: Você acredita que a visitação pode ser utilizada como instrumento ao incentivo da cidadania?

R: Com certeza. Para aqueles que vivem a visitação diariamente isso fica muito claro, e não precisa ser nem muito tempo. Quando você conduz um grupo por uma hora você percebe que as pessoas saem daqui de um jeito diferente do que elas entraram. As pessoas no Brasil de modo geral, embora isso seja um dado empírico, ou seja, uma impressão que a gente tem quando a gente lida com as pessoas, é que há muito pouco conhecimento a respeito do funcionamento do Estado e das nossas instituições. Então é comum que as pessoas cheguem ao Congresso Nacional sem entender a separação dos poderes. As pessoas chegam aqui perguntando onde o presidente da república trabalha, se vai encontrar o presidente em algum lugar.

Enfim, as pessoas confundem muito as questões básicas, e ao longo dessa uma hora que as pessoas passam aqui, elas saem com um entendimento bem maior a respeito disso, a respeito do que cada poder da república faz, ou como que funciona uma federação, como que nosso país se organiza, e mais do que isso: como é o espaço das decisões e representação política.

Então é muito simbólico que as pessoas possam estar aqui dentro, andar aqui dentro, se apropriar do lugar, se apropriar das histórias. Quando elas entram aqui, quando elas conhecem os ambientes, quando elas reconhecem aquilo que elas veem na televisão, elas passam de uma situação de estranhamento para uma situação de familiaridade, elas acabam de algum modo entendendo que isso é um pouco delas, o que é fundamental para a cidadania. Então é fundamental que o parlamento esteja aberto para as pessoas, porque aqui é o lugar das pessoas.

P: Você acha que quando o brasileiro visita o Congresso Nacional, ele tem a sensação de que aquilo ali também faz parte dele como brasileiro e não só como brasileiro?

R: O brasileiro, eu acho, tem uma relação diferente com o Congresso do resto das pessoas do país porque isso é muito mais dele, no sentido de que ele está perto de algo icônico. Eu acho que se fizerem um estudo de evocação do tipo: “quais são as primeiras imagens que você pensa quando se fala em Brasília?” muito provavelmente o Congresso Nacional vai figurar entre as primeiras. Quero dizer, [o Congresso Nacional] é quase que o símbolo da cidade, é o que as pessoas mais veem. Então eu acho sim que este prédio é a construção mais emblemático de Brasília e de algum modo define um pouco a cidade. E o brasileiro tem uma coisa com “o deles”, como o Cristo Redentor é de todo mundo, mas o carioca se apropria mais, eu acho que funciona nesse sentido. É parte da cultura da cidade, e parte dessas pessoas.

P: Na sua opinião, a formação de uma identidade regional consistente tem impacto no exercício da cidadania?

R: Eu acho que a identidade, o sentimento de pertença a uma cultura, a um grupo, esse sentimento de apropriação favorece imensamente a cidadania. Essa ideia de que isso é nosso, isso é meu também, seja símbolos culturais, práticas, danças, enfim, essa apropriação, essa construção de um repertório coletivo, de um grupo que se identifica pertencente, ele faz com que as pessoas cuidem mais. As pessoas tendem a cuidar mais de algo que elas gostam e que elas se sentem parte, do que algo alheio. Então eu acho que sim, quando você sente que você faz parte de uma identidade, quando você sente que você faz parte de um ambiente você tende a cuidar mais desse ambiente. Você tende a tentar preservar mais essa comunidade, você tende a valorizá-la. Então é importante. A gente vive em um momento do auge do globalismo, de pensar o mundo como algo sem fronteiras. [Em compensação] hoje a gente vê um movimento mais... Os Estados Unidos, por exemplo, se fechando, parece que tem uma parcela das pessoas que estão se voltando para si ao invés de se abrir.

P: Qual seria o papel da visita ao Congresso Nacional na formação de identidade do brasileiro?

R: O papel da visita é muito importante porque, primeiro, é a visita que abre as portas deste espaço para que o brasileiro e as pessoas de todos os cantos

possam visitar, mas especificamente pro brasiliense é a visitação que permite que cada brasiliense se aproprie um pouco desse espaço que é definidor da cidade e do lugar onde eles estão. Só o fato da gente está aqui aberto, ou seja, recebendo as pessoas faz com que a visitação tenha um papel importante. Quando a gente conduz as pessoas nesse passeio e a gente conversa sobre os artistas, arquitetos que vieram construir Brasília, que contribuíram com as suas ideias, com as suas obras, com os seus vitrais e murais, tudo tem um pouco a ver com a identidade brasiliense. Quando você fala do Athos Bulcão, por exemplo, o Athos Bulcão tem tudo a ver com Brasília, tem coisas dele pra todo lado, então assim, o próprio modelo modernista de arquitetura que a gente explica aqui, que a gente mostra ao vivo para as pessoas é o modo como essa cidade foi construída. O Plano Piloto tem uma concentração grande de palácios modernistas, do estilo modernista que foi pensado lá na década de 1950. O carrocentrismo que reina em Brasília é um reflexo direto do modo como a cidade foi construída nos anos 1950 quando se tinha o auge das montadoras no Brasil. Não à toa quando se pega peças publicitárias da Ford no início de Brasília, vemos um dos carros da Ford aqui na frente [do Congresso Nacional], tudo isso tem um reflexo em como as coisas são. E hoje Brasília é uma cidade que o carro ainda tem uma posição muito forte. Isso tem a ver com o modo como ela foi construída, tudo que veio desse momento modernista, do modo como a cidade foi estruturada, do modo como as construções foram feitas, como esse espaço é utilizado na cidade.

P: Em que ponto você identifica o Congresso Nacional como formador ou influenciador da identidade do brasiliense apesar do seu significado em âmbito nacional?

R: O que as pessoas aprendem aqui sobre modernismo, sobre arte, sobre arquitetura, sobre a história de Brasília, quando você vai lá no quadro dos 'Candangos', no Salão Verde, por exemplo, e mostra as "pessoas" que vieram construir Brasília, tudo isso influencia. O Congresso é indissociável da história de Brasília, de algum modo tudo que a gente trata ali dentro tem um pouco a ver. A presença dos políticos aqui tem a ver com a identidade de Brasília. A presença do poder aqui é parte constituinte da cidade e da identidade. Tudo o que acontece aqui dentro na visitação de algum modo tem a ver com a cultura da cidade. Eu acho que muitas vezes as pessoas não sabem que elas poderiam vir acompanhar uma

sessão, que aquilo é aberto, que tem a galeria do plenário, se identificar, subir, acompanhar uma sessão. Tem gente que não sabe que é aberto para a população, tem gente que acha que é só para imprensa, eu diria que se a gente fizer uma pesquisa a maioria da população brasileira nem ia saber que o Congresso é mais do que o plenário, que tem comissões discutindo os assuntos, que tem audiências públicas nessas comissões e que as pessoas podem participar. As pessoas não sabem das iniciativas que o congresso mantém, do e-cidadania, no caso do Senado, como o e-democracia no caso da Câmara dos Deputados, quando elas chegam aqui e percebem de algum modo que isso aqui é acessível, é aberto elas se engajam mais quanto a isso.

No caso do Senado, por exemplo, a gente tem o projeto 'Jovem Senador', não é exatamente a visita, embora tenha a visita e esteja dentro desse escopo de trazer as pessoas para dentro do Congresso, e a gente tem histórias de jovens senadores que depois quiseram entrar para a política, professores que vieram acompanhar e que depois entraram para a política. Essa visita ao Congresso, esse entendimento de como funciona o processo legislativo estimulou essas pessoas a ativamente fazer parte do processo político, e não é só o jovem senador que tem esse efeito. O fato de as pessoas chegarem aqui e entenderem como funciona, conhecerem os ambientes, aprenderem um pouco mais, naturalmente pode despertar interesse, e encontrar muita gente aqui trabalhando sério, encontrar muita gente comprometida, extremamente qualificada. Tanto a Câmara quanto o Senado têm setores de excelência, muitas ocasiões e serviços para a sociedade. O e - democracia, o e - cidadania, eles de fato permitem uma participação efetiva das pessoas e quando as pessoas conhecem os espaços que tem aqui, eu acho que elas tendem sim a se engajar mais.

P: Em que ponto você identifica o Congresso Nacional como formador ou influenciador da identidade do brasileiro apesar do seu significado em âmbito nacional?

3. A visita e a educação básica.

P: Vocês recebem a visita de muitas crianças?

R: Sim, muitas crianças. Eu sei, por exemplo, que no ano passado foram mais ou menos 26 mil pessoas [que vieram fazer a visita] em grupos escolares, isto sem a diferenciação do nível escolar. A maioria dos grupos de crianças que vêm ao Congresso são de escolas do Distrito Federal, até porque é emblemático para a criança que cresce em Brasília visitar esse local que é uma imagem da cidade.

P: É frequente que essa visita seja por meio de grupos escolares?

R: A maioria das crianças que entram nas estatísticas vem durante a semana com a escola.

P: É comum que as crianças já saibam o que é o Congresso Nacional e qual sua função?

R: Eu diria que sobre qual é a sua função nem tanto, mas que aqui é o Congresso Nacional, ou seja, associar o prédio ao nome acho que sim. Mas eu diria que, pelo menos nos grupos que eu conduzi, é muito comum que ao perguntar “vocês sabem o que acontece aqui?” boa parte da turma diga “não”. E “vocês sabem quem trabalha aqui?”, “vocês sabem o que essas pessoas fazem aqui?” elas também respondam “não”. Eu diria que tá mais pra não do que pra sim. Embora haja alguns casos, entre esses grupos de escolas particulares que vem de muito longe, que antes de vir ao Congresso as crianças estudam o poder legislativo. É mais comum que as crianças que chegam aqui já sabendo é porque nessa escola elas tiveram um estudo prévio sobre isso.

P: Essas escolas, que visitam o Congresso Nacional, costumam ser do Distrito Federal?

R: É uma oportunidade incrível que você esteja tão perto de algo tão importante e decisivo na vida de todo mundo que está nesse país, as pessoas que circulam aqui dentro vão decidir quando eu vou ou não me aposentar, elas vão decidir se ter cadeirinha para bebê é obrigatória no carro ou não, elas vão decidir quanto que a gente vai pagar de imposto. Então assim, as pessoas que são de Brasília, que moram aqui, elas têm essa oportunidade de estar muito perto de algo muito importante e de ter um acesso mais facilitado a isso. Em Brasília a questão cívica e institucional está muito próxima das pessoas, então é um desperdício se a

gente não aproveitar esse tipo de oportunidade para trabalhar com as crianças, para promover conscientização e informação. Eu acho que está tudo posto para que isso seja bem feito, para que isso seja institucionalizado como uma política dentro de Secretaria de Educação, no caso das escolas públicas e das escolas particulares também do DF.

P: Vocês teriam uma noção média do número de escolas e crianças que visitam o Congresso?

R: De cabeça não, mas posso te passar por e-mail depois.

4. Relação entre demais instituições.

P: Existe alguma relação entre a Secretaria de Turismo e a COVISITA? Qual seria essa relação?

R: Estamos reconstruindo essa relação. Na prática, tinha o VIIBRA [Visitação Institucional Integrada em Brasília] que é um programa de visitação institucional integrada entre as principais instituições públicas que estão em Brasília. A ideia seria que nós juntássemos esforços, recursos, conhecimentos, interesses, para juntos promovermos o turismo cívico, a cooperação institucional entre os órgãos, em prol da população, das pessoas que moram aqui e das pessoas que vem para cá por algum motivo. Por motivos diversos, sobretudo dificuldade de pessoal para tocar, na verdade no Congresso a gente teve uma redução drástica de servidores efetivos nos últimos anos. A gente vive muito o momento de fazer mais com menos, então tudo que não é essencial acaba sendo prejudicado, e esse programa de integração e interação acabou ficando um pouquinho de lado, não só por nós do Congresso porque essa não é uma situação só nossa, muitos órgãos têm dificuldade.

Agora a gente tá tentando retomar e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal está mostrando muito interesse em se aproximar, então a gente tem participado de reuniões junto com a secretaria de turismo. Não à toa a gente está planejando participar da cerimônia de troca da bandeira que acontece uma vez por mês aqui em Brasília, que inclusive uma coisa muito única da nossa cidade, e é uma oportunidade incrível da gente tá mais perto das pessoas e de atraí-las para a nossa

visitação, para o Congresso, e isso foi uma iniciativa da Secretaria de Turismo em chamar a gente para conversar para ver se a gente consegue participar. O subsecretário de turismo, me parece, está bem interessado em envolver a gente, porque não tem como falar de turismo cívico em Brasília sem falar da visita do Congresso Nacional, é o prédio principal, é o que fica aberto mais tempo, por mais dias, é o que atende mais gente.

Arrisco dizer que se a gente somar o número de todos os outros órgãos que tem visita em Brasília não chega nem perto dos nossos números. Então você trabalhar turismo cívico em Brasília e não pensar Congresso Nacional é absolutamente capenga. A gente sente essa aproximação e a gente está muito animado para fazer as coisas dentro do que a gente consegue.

P: Existe alguma relação entre a Secretaria de Educação e a COVISITA? Qual seria essa relação?

R: Quanto a Secretaria de Educação a gente não tem conversado muito, institucionalmente falando claro. Eu acho que o pessoal do jovem senador tem uma relação mais estreita com a Secretaria de Educação porque o concurso é organizado estadualmente por cada secretaria, mas a gente da visita nem tanto, a gente se limita a fazer alguns agendamentos para as escolas, mas não é algo programado no nível de secretaria. Embora uma dessas conversas do VIIBRA abriu uma possibilidade: conversando com o representante da TCB [Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília], eles estão com todo interesse de liberar alguns ônibus para que a gente possa trazer crianças para o Congresso, porque uma das dificuldades das escolas públicas, embora elas estejam perto daqui, é que sendo necessário trazer as crianças para cá e a Secretaria de Educação não necessariamente tem meios de fazer isso, algumas acho que fazem até um rateio entre os pais para poder fazer com que esses passeios aconteçam. Surgiu essa abertura, da gente fazer uma parceria, nem que seja uma vez por mês, da gente conseguir trazer essas crianças para cá. Acertando essa ideia, aí certamente a gente vai procurar a Secretaria para que eles ajudem a organizar quais são as escolas, etc. Mas, por enquanto, não é algo institucionalizado e frequente, pelo menos não na visita.

APÊNDICE B: ENTREVISTA – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Entrevista com Fernanda Barnabé, professora da Secretaria de Educação, ocorrida em 19/06/2019.

1. Apresentação.

Introdução: Meu nome é Mylena Rodrigues, sou estudante de turismo na UnB, e essa entrevista encontra-se dentro do meu trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo é compreender a construção da identidade do brasileiro. Assim sendo, acredito que essa entrevista seja importante para analisar o funcionamento do programa oferecido pelo TRE a fim de compreender de que formas outros órgãos poderiam se engajar em incentivar a cidadania e a formação de identidade na educação básica durante esse processo.

P: Renata, você poderia se apresentar, e falar um pouco da função que você exerce aqui na Escola Judiciária do TRE?

R: Olá, eu sou a Fernanda Beatriz Oliveira Barnabé, tem seis meses que estou aqui no TRE. Eu sou na verdade da Secretaria de Educação, então o TRE fez um convênio com a Secretaria e a gente, eu e a Renata, viemos para cá trabalhar nesse projeto do TRE nas escolas. Então a gente está aqui no Tribunal Regional Eleitoral, trabalhando para a Secretaria de Educação, trabalhando nesse projeto “Eleitor do Futuro” e “Inclusão Social Desde a Infância”.

2. O programa “Inclusão Social Desde a Infância”.

P: Renata você poderia falar um pouco sobre o programa e sobre como ele surgiu?

R: Esse programa faz parte do programa “Eleitor do Futuro” que é para os anos finais do ensino fundamental. O “Inclusão Social desde a Infância” é para os anos iniciais. Então a gente trabalha com os dois programas. Além desses dois há também o “Político do Futuro” que é para o ensino médio. O “Eleitor do Futuro” veio primeiro, que foi o Ministro que foi até a Costa Rica e gostou desse programa que estava sendo exercido lá. Daí ele trouxe o programa para o TSE que passou o programa para os Tribunais Regionais, que começaram a exercer dentro dos anos finais, que é justamente para formar essa consciência cidadã nos alunos, da questão do voto mesmo, e depois futuramente a ser um político, talvez. Tinha uma professora aqui na época, que era a Fabiana, ela que estava atendendo inicialmente e viu que esse programa também poderia ser realizado com os anos iniciais, porque

ela achava interessante também implantar esse aspecto da cidadania desde criança. Daí surgiu o programa “Inclusão Social Desde a Infância”, que é formado com os personagens do folclore brasileiro. São cinco personagens: Iara, Curupira, Negrinho do Pastoreio, Saci-Pererê e a Vitória-Régia. Cada um dos personagens tem um tema social que será divulgado na escola. Aí na escola ocorre uma eleição, e as crianças elegem o presidente do folclore. Antes da eleição é divulgada entre as crianças o tema político-social que cada personagem defende: a Iara, o papel da mulher na sociedade; a Vitória-Régia, o uso racional da água; o Negrinho do Pastoreio, as diferenças dentro da escola (de cor, tamanho, e a gente colocou agora também o combate ao bullying); o Saci-Pererê, as pessoas com deficiência; e o Curupira, a natureza. Depois que a gente divulga o tema que cada personagem defende, os meninos votam de acordo com aquilo que eles representam. É bem interessante, porque assim os meninos podem trabalhar a questão do folclore de forma bem diversificada.

P: Qual você acredita que seja a importância do programa para a formação básica, e especialmente para a formação cidadã?

R: Então, eu acredito nesse programa justamente por causa dessa questão mesmo do envolvimento com a importância da política, das crianças verem que a política não é só essa questão de ser deputado federal ou distrital, mas sim que faz parte do nosso mundo e que eles tenham a consciência dessa questão que é importante ver direitinho em quem se está votando, quais são as propostas da pessoa, as suas ideias, e não a pessoa em si. É isso que a gente tenta ensinar com o programa. Então eu acho isso é importante na formação das crianças por isso, pois elas vão ver assim: qual a ideia do personagem, o que ele vai trazer pra mim em termos sociais, não a pessoa em si, mas a ideia que ela está trazendo e a responsabilidade social envolta nisso.

P: Você acredita que pelo caráter cultural do programa ele influencia a formação de identidade em diferentes aspectos?

R: Eu acredito que sim porque as crianças... Veja bem, o que acontece é que elas são as protagonistas do programa, então elas acabam se identificando ali com os personagens, é até mesmo mudando algumas visões que possuem. No “Eleitor do Futuro”, por exemplo - a gente viu isso lá em São Sebastião quando fomos visitar uma escola -, o aluno já estava se movendo dentro da comunidade porque ele foi um dos personagens, ou seja, ele formou um partido - porque os candidatos têm que ter um partido e um tema de acordo com aquela comunidade que ele se identifica - e já estava se movendo dentro da comunidade e moldado a sua identidade com um viés político mesmo. Ele chegou a ir na Administração da cidade pedir para que se tomasse alguma providência em relação a um parquinho perto da escola que estava quebrado. Olha só, ele já tomou a consciência de que ele pode fazer alguma coisa como cidadão e, quem sabe, futuramente como político.

P: Na sua opinião, a formação de uma identidade regional consistente tem impacto no exercício da cidadania?

R: Sim. O aspecto regional tem impacto em muitas coisas né? A gente vê essa questão da política mesmo, principalmente a gente que tá aqui em Brasília e vê essa coisa da corrupção mais aflorada. A gente vai no Nordeste, e fala que é de Brasília o pessoal já imagina né, “eita veio lá do meio da corrupção”. Então essa questão do aspecto regional influencia muito sim, porque as pessoas acabam, não sei se é desanimando por causa dessa característica regional que a gente tem aqui. Por isso que é importante esse programa, porque ele vem justamente pra falar: “olha só, política não é só isso”. Política não é só isso, tudo é política. Então o programa é muito interessante nesse aspecto porque ele vai trazer a mudança de pensamento.

P: Em que ponto você identifica o programa como formador ou influenciador da identidade do brasiliense?

R: Olha eu acredito que é nisso aí que a gente tá conversando. Essa questão do que é ser cidadão, do que é votar com consciência, e como isso muda a nossa realidade. Nisso eles podem até influenciar os pais, porque os filhos influenciam os pais. Então essa é a nossa esperança, que eles ouçam tudo o que falamos na escola, e cheguem em casa falando: “ó pai teve uma eleição lá na escola, e eu aprendi isso e aquilo, a gente pode votar com mais critério, e analisar bem os nossos candidatos”. Eles podem até se tornarem um político no futuro, a gente não tá precisando de novos políticos, pois então?

2. O programa e a educação básica.

P: Vocês recebem muitas crianças? Teriam um número exato que poderia ser disponibilizado?

R: Então, primeiro a gente tem o treinamento de mesário. Vem dois alunos por escola. A gente tá com, mais ou menos, oitenta escolas inscritas, ou seja, são 160 meninos que vem pra cá pro treinamento de mesário, porque a gente usa as urnas de verdade. Mas isso são só os “mesários”, ao todo são cerca de 40 mil alunos. Isso é o que o projeto abarca anualmente. Agora o número exato, eu não tenho, mas a gente deve ter no computador, em algum lugar isso direitinho. E os números devem ter um crescimento bem gradual. Porque o projeto começou em 2012, e na época era só uma demonstração do que são as urnas. Então a gente ia na escola e mostrava o funcionamento das urnas para os alunos, em um dia só a gente mostrava as urnas, os meninos votavam, e a gente ia embora. Hoje não, hoje já é um programa muito mais elaborado, com convênio com a Secretaria, tem todo um processo que é feito na escola, depois é que as urnas vão e concluem isso. Eu

acho que começou com 12 mil, mas agora tem ano, como no ano eleitoral que esse número vai pra 60 mil. Então essa é a faixa mais ou menos, de 40 a 60 mil alunos. Isso eu não tô contando os alunos das escolas particulares, porque eles também são convidados a participar, só que elas têm que nos procurar. A gente não fica insistindo pra elas entrarem não. Já com as escolas públicas é diferente porque elas têm o convênio com a Secretaria, então elas têm que fazer o programa né, se bem que nem todas fazem, mas deveriam. Elas não são obrigadas, mas como o programa faz parte da Secretaria, geralmente elas participam. Já os particulares, o interesse devem partir delas, nos procurando nós fazemos com elas também.

P: É comum que as crianças ao virem para cá já saibam o que é o TRE e qual sua função? “Ao virem para cá” eu quero dizer não só aquelas que vem pra cá para serem os mesários, mas todas as crianças que participam do projeto, na escola mesmo.

R: Sim, porque antes do projeto em si, a gente vai nas escolas fazer palestras, e nestas palestras a gente explica o que é o TRE, que ele é o Tribunal Regional Eleitoral, e que ele que cuida das eleições. Quanto a escola eu não sei, se eles fazem esse trabalho explicativo antes da gente ir lá, porque a escola dá mais o caráter didático mesmo né? Explica que vai ter essa eleição do folclore, mas, apesar disso, eu acredito que eles saibam até mesmo antes da gente ir lá. Pelo menos quando os meninos veem pra cá aprender a ser mesários, eles já sabem pra que o TRE serve.

P: Esse projeto tem um alcance nacional?

R: Então, o projeto é uma iniciativa do TSE, portanto era para acontecer no país inteiro. Mas além do DF, só ocorre em outros seis estados, que eu não saberia te informar quais agora. Porém o TRE do DF é o único do país em que o projeto acontece todos os anos.

2. Relação entre demais instituições.

P: O programa se dá em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Qual seria essa a relação entre as duas instituições?

R: É uma parceria bem forte mesmo. De divulgação do programa, de tá cedendo espaço para as reuniões, e incentivando as escolas a participarem do programa.

P: Vocês se comunicam diretamente com as regionais de ensino do Distrito Federal?

R: Sim, com as regionais e as subsecretarias de programas e projetos. Então a gente fala diretamente com elas. Por exemplo, a gente quer marcar a reunião de polo... O que é a reunião de polo? Bem, tem a reunião inaugural que é aqui mesmo no Plano, mas as pessoas não gostam de vir, porque tem que se deslocar, acham que não vai ter vaga para estacionar o carro. Então, o que acontece é o seguinte: não deu muito “ibope” neste dia? A gente vai nas regionais de ensino. E quem faz isso pra gente é a SUPEP (Subsecretaria de Programas e Projetos), que liga pras regionais e marca uma data e local pra gente se reunir com os professores daquela região. Então se eles não vêm até nós, nós vamos até eles. Porque a gente quer que o progame ande, afinal quanto mais escolas aderirem, melhor né?

P: Existe alguma relação entre a Secretaria de Turismo e o TRE? Qual seria essa relação?

R: Olha... não, não existe.